



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NÍVEL DE MESTRADO  
E DOUTORADO/PPGE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

DHAIANE DE MORAES TEIXEIRA

**A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO VIABILIZADORA DE UM PROJETO  
SOCIETÁRIO: AS PROPOSIÇÕES DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA  
INDÚSTRIA PARA O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

CASCAVEL - PR  
2022



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NÍVEL DE MESTRADO  
E DOUTORADO/PPGE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO VIABILIZADORA DE UM PROJETO  
SOCIETÁRIO: AS PROPOSIÇÕES DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA  
INDÚSTRIA PARA O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

DHAIANE DE MORAES TEIXEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – *Campus* de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora:  
Profa. Dra. Isaura Monica Souza Zanardini

CASCADEL - PR  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

TEIXEIRA, Dhaiane de Moraes

A política educacional como viabilizadora de um projeto societário: as proposições da Confederação Nacional da Indústria para o Ensino Médio e a Educação Profissional / Dhaiane de Moraes TEIXEIRA; orientadora Isaura Monica Souza Zanardini. -- Cascavel, 2022.

107 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.

1. Estado. 2. Política Educacional. 3. Parceria público-privada. 4. Confederação Nacional da Indústria. I. Zanardini, Isaura Monica Souza, orient. II. Título.

## DHAIANE DE MORAES TEIXEIRA

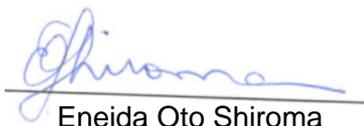
A política educacional como viabilizadora de um projeto societário: as proposições da Confederação Nacional da Indústria para o Ensino Médio e a Educação Profissional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, políticas sociais e estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



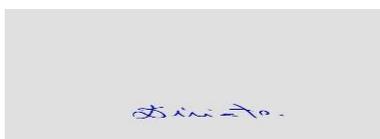
Orientador(a) - Isaura Monica Souza Zanardini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Eneida Oto Shiroma

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



Edaguimar Orquizas Viriato

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 12 de novembro de 2021

Ao meu eu da infância,  
que sempre sonhou em ser grande  
e com um mundo melhor;  
e à minha mãe,  
que sempre acreditou em mim.

## AGRADECIMENTOS

Encerrar ciclos sempre me pareceu difícil e os últimos momentos podem parecer os mais dolorosos. Eu encerro um ciclo de descobertas na minha vida, e a caminhada do Mestrado foi muito importante neste sentido.

Repensei minhas crenças e valores, os quais me conduziram a uma nova leitura de mundo. Descobri meu eu pesquisador e com ele, meus medos e fragilidades. Contudo, reafirmei algo que sempre foi muito importante, a certeza de que quero lutar pelas políticas públicas, em qualquer que seja o espaço que eu ocupe.

Descobri que nem sempre vamos atender os prazos que a vida nos impõe, que as minhas expectativas as vezes me geram frustrações enormes. Por isso, e por tudo que eu tenho passado nesses quase três anos, eu faço meus agradecimentos à pessoas essenciais na minha trajetória e na minha vida.

À professora Dra. Isaura Mônica Souza Zanardini que durante todo este tempo me lembrou de que o meu processo, e o resultado dele, são produto das minhas condições objetivas e subjetivas. Que me deu as melhores orientações que eu poderia receber, sempre acompanhadas de muita compreensão e carinho. Eu pude descobrir o porquê e também sentir toda admiração nutrida por ela.

À professora Dra. Edaguimar Orquizas Viriato e à professora Dra. Eneida Oto Shiroma, por me darem a honra de tê-las em minha banca de qualificação e defesa do Mestrado em Educação e por se disponibilizarem em contribuir com seus conhecimentos e experiências para que eu pudesse realizar a minha pesquisa da melhor forma possível.

À minha família, que são a base da minha existência. Gratidão a minha mãe, ao meu pai e ao meu irmão, Samuel, por fazerem parte da minha construção como ser humano e, por cada um, da sua forma, me motivar a continuar crescendo. Amo vocês!

À minha amiga e companheira de luta, Karoline Marceley Deves, por todo o amor e apoio, e por nossas chamadas de vídeo terapia, que me ajudaram a ter sanidade em meio ao caos que estamos vivendo. Você é essencial na minha vida!

Aos meus amigos Joabe Balestre e Rebeca Kerkhoven, com que dividi minhas angústias e conquistas. Obrigada por fazerem parte de tudo isso!

À professora Ma. Paloma Mariana Caetano, amiga e colega de profissão, com quem compartilhei a fase mais intensa do Mestrado em Educação. Obrigada por compartilhar seu conhecimento e experiência comigo! Receba meu carinho e admiração por você.

Às amigas queridas: Daniele Franchini de Lemos, Emanuelle Aline lung Teles Quevedo, Fabíola Elizabete Costa e Janete Liane Boehm Lutke, com quem eu compartilhei da mesma caminhada de mãos dadas. Obrigada por me motivarem a continuar e por nossa amizade. “Do mestrado para todos os desafios que virão...” (LUTKE, 2021).

À professora Marijane Zanotto e ao Grupo de Pesquisa em Educação e Formação de Professores – GPEFOR, que me acolheram desde a graduação em Pedagogia, me apoiaram no ingresso ao Mestrado e também na permanência, sendo também mediadores do meu crescimento profissional.

À professora Dra. Márcia Cossetin, minha primeira orientadora e fonte de inspiração, como pessoa e profissional. Gratidão!

À professora Dra. Simone Sandri e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – GEPES, que assim como minha orientadora, professora Mônica, me acolheram e tem sido muito importantes na minha construção como pesquisadora.

Ao Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE e a assistente do Programa, Silvia, por proporcionarem os meios e a assistência para a minha formação.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná *campus* Cascavel, por ser quase a minha segunda casa nesses quase 7 anos, entre graduação e mestrado, e por contribuir para o meu crescimento pessoal e profissional.

À professora Dra. Ivonete Pereira e ao Projeto de Extensão Núcleo Maria da Penha – NUMAPE, por me proporcionarem a experiência de trabalhar com as políticas públicas e também por permitirem que eu pudesse conciliar trabalho e estudos na primeira etapa do Mestrado em Educação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por me proporcionar condições materiais para dar continuidade a realização dessa pesquisa na segunda etapa do Mestrado.

Meu reconhecimento e gratidão à universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, por me possibilitar chegar até aqui.

VIII

*Se a vida não tem preço,  
Por que o capital  
Não suporta vê-la feliz?...  
Por que o capital  
Não enxerga o ser  
Humano?...  
Por que o capital  
Não sobrevive  
Sem o trabalho?...  
Por que o capital  
Despreza a vida  
Quando não lhe dá lucro?...*

*Roberto Antonio Deitos*  
***É preciso humanizar a humanidade***

TEIXEIRA, Dhaiane de Moraes. **A política educacional como viabilizadora de um projeto societário:** as proposições da Confederação Nacional da Indústria para o Ensino Médio e a Educação Profissional. 2022. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2022.

## RESUMO

Apresentamos neste texto as proposições da Confederação Nacional da Indústria – CNI para a educação brasileira para a segunda década do século XXI, com ênfase para o Ensino Médio e a Educação Profissional. A análise destas proposições objetivou compreender as demandas desta fração da burguesia para a educação, bem como, o papel desempenhado por esta classe na definição das políticas públicas para a educação no Brasil. Caracterizado pela abordagem qualitativa, esse estudo apoia-se na análise documental e bibliográfica. Assim, para compor a matéria dessa empiria, utilizamos documentos técnicos publicizados pela CNI, sendo estes: Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 e o Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, visto que, os documentos traduzem o pensamento e ações da burguesia industrial. À fim de fundamentar a análise, buscamos nas bibliografias aporte teórico para investigar o contexto de produção dos Mapas Estratégicos da Indústria, procurando compreender as demandas da reestruturação produtiva e do novo desenvolvimentismo, bem como, compreender a Confederação Nacional da Indústria no cenário nacional e o papel desempenhado pela instituição no cenário político, em especial, na definição das políticas públicas para a educação. Neste percurso, destacam-se autores como Antunes (2000); Deitos (2006); Harvey (2010); Rodrigues (1997) e Melo (2010). A discussão sobre a temática mostra-se, contemporaneamente, como uma questão importante para compreensão os desdobramentos da política educacional brasileira, tendo em vista a inserção massiva do setor privado na educação. Assim, entendemos a CNI como um dos sujeitos sociais que permeiam a elaboração das políticas educacionais no país. Compreendemos que a educação, apesar de configurar-se como uma política de Estado, é produto de disputas setoriais. Portanto, a CNI, enquanto representante da indústria nacional, de forma indireta, tenciona à educação pública proposições que contribuem para a perpetuação de seu projeto societário e que, por vezes, está manifesto nas diretrizes políticas para a educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado. Política Educacional. Parceria público-privada. Confederação Nacional da Indústria.

TEIXEIRA, Dhaiane de Moraes. **The political Educational policy as a path to a societal project:** the proposals of the National Confederation of the Secondary Education Industry and Professional Education. Cascavel, Paraná: State University of Western Paraná – UNIOESTE, Graduate Program in Education, 2022, (Graduate Program in Education), p. 107.

### **ABSTRACT**

We present in this text the proposals of the National Confederation of Industry – CNI for Brazilian education for the second decade of the 21st century, with emphasis on High School and Professional Education. The analysis of these proposals aims understood as the demands of this bourgeoisie for the education, as well as the role played by this class in the definition of public policies for education in Brazil. Characterized by a qualitative approach, this study is supported by documental and bibliographic analysis. Thus, to compose the empirical source, we used technical documents published by the CNI, namely: Strategic Map of Industry 2013-2022 and Strategic Map of Industry 2018-2022, since the documents translate thinking and actions of the industrial bourgeoisie. In order to support the analysis, we sought theoretical support in the bibliographies to investigate the context of production of Strategic Maps of Industry, seeking to understand the demands of productive restructuring and new developmentalism, as well as understanding the National Confederation of Industry in the national scenario and the role played by the institution in the political scenario, especially in the definition of public policies for education. On this way, highlight authors such as Antunes (2000); Deitos (2006); Harvey (2010); Rodrigues (1997) and Melo (2010). The discussion on the subject is shown presently as an important issue for the understanding of Brazilian education, in view of the massive insertion of the private sector in education. Thus, we understand the CNI as one of the social subject that permeate the elaboration of educational policies in the country. We understand that education, despite being a State policy, is the product of sectoral disputes. Thus, the CNI, as representative of the national industry, indirectly aims tension the public education propositions that contribute to the perpetuation of its societal project and that, at times, is manifest in the political guidelines for education.

**KEYWORDS:** State. Educational politics. Private public partnership. National Confederation of Industry.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1.</b> Relação entre Presidentes da CNI e Presidentes do Brasil: CNI primeira fase.....	66
<b>Quadro 2.</b> Tendências mundiais e nacionais com impacto na indústria.....	77
<b>Quadro 3.</b> Objetivos e obstáculos para o Ensino Médio e a Educação Profissional.....	79
<b>Quadro 4.</b> Tendências mundiais e nacionais com impacto na indústria atualizadas.....	83
<b>Quadro 5.</b> Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022: fatores-chave.....	85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIB	Centro Industrial do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNI	Fórum Nacional da Indústria
GEPPES	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social
GPEFOR	Grupo de Pesquisa em Educação e Formação de Professores
IDEB	Índice da Qualidade da Educação Básica
IEL	Instituto Evaldo Lodi
JK	Juscelino Kubitschek
LULA	Luiz Inácio Lula da Silva
NUMAPE	Núcleo Maria da Penha
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PLANFOR	Programa Nacional de Educação Profissional
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PROEDUC	Programa de Educação para a Competitividade
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SciELO	Científico Electronic Library Online
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
<b>1 O CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO .....</b>	<b>21</b>
1.1 AS MUDANÇAS DO CAPITALISMO MODERNO E AS FORMAS DE PERPETUAÇÃO NA SOCIEDADE .....	21
1.2 MUDANÇAS NO CAPITALISMO NO BRASIL: DA ECONOMIA AGRÍCOLA À ECONOMIA AGROINDUSTRIAL .....	35
1.3 PROJETOS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE .....	47
<b>2 A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NO CENÁRIO NACIONAL .....</b>	<b>55</b>
2.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA.....	55
2.1.1 CNI: A PRIMEIRA FASE .....	58
2.1.2 CNI: A SEGUNDA FASE.....	68
2.1.3 CNI: A TERCEIRA FASE .....	71
2.1.4 A CNI DOS ANOS 2000 .....	74
<b>3 OS MAPAS ESTRATÉGICOS DA INDÚSTRIA: RECOMENDAÇÕES PARA O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>77</b>
3.1 OS MAPAS ESTRATÉGICOS DA INDÚSTRIA COMO COMUNICAÇÃO DO PROJETO DA BURGUESIA INDUSTRIAL.....	77
3.2. MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2013-2022.....	78
3.3. MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2018-2022 .....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	94
REFERÊNCIAS.....	99

## INTRODUÇÃO

A educação, historicamente é afirmada como um direito universal, próprio do conceito de democracia. Nesse movimento de inserção dos sujeitos na escola elementar, constroem-se diferentes propostas e objetivos para a educação.

As propostas que delineiam caminhos para a educação brasileira manifestam-se tanto no âmbito governamental, na forma de projetos de lei, medidas provisórias, como no setor privado, a partir de documentos de domínio público, os chamados “documentos oficiosos”. A clareza a respeito da existência destes documentos oficiosos é que nos leva nesta pesquisa, a estudar documentos de ordem não oficial provenientes da Confederação Nacional da Indústria – CNI, organização da sociedade civil que se configura como órgão máximo de representatividade da indústria brasileira.

Nesse sentido, esta pesquisa se encaminha com objetivo de responder qual o papel a CNI tem desempenhado na definição das políticas públicas para a educação no Brasil e quais as demandas desta fração da burguesia para a educação, no que diz respeito ao Ensino Médio e a Educação Profissional.

As inquietações com a disputa de interesses do setor privado no processo de desenvolvimento de políticas públicas para a educação foram fomentadas já na universidade, no curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus Cascavel. Os estudos e debates em sala de aula, mais precisamente na disciplina de Política Educacional Brasileira I, promoveram a compreensão da importância da pesquisa sobre as políticas educacionais, sua construção nos diferentes períodos históricos, assim como a influência sofrida por esta no contexto social mais amplo. Estas reflexões remeteram ao estágio anterior do meu processo formativo, o Ensino Médio; quando me aventurei no mundo da indústria em busca de novas experiências educativas.

A inserção no Sistema CNI, formado por organizações de apoio ao setor industrial brasileiro, se deu inicialmente pelo ingresso no Colégio SESI, que integra o Serviço Social da Indústria – SESI e, posteriormente, no programa de aprendizagem industrial ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, por meio do qual realizei o curso de Auxiliar Administrativo

e de Produção Industrial, e tive a minha primeira experiência no mercado de trabalho, que foi na indústria farmacêutica. As vivências posteriores possibilitaram a compreensão de como eu estava internalizando e legitimando os conceitos com os quais eu tive contato na época.

A Aprendizagem Industrial é uma vivência comum a muitos jovens brasileiros. O programa, vigente há quase duas décadas, está previsto na Lei Federal nº 10.097/2000, que dispõe sobre a obrigação dos estabelecimentos em empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem um percentual de cinco a quinze por cento de aprendizes, de acordo com o número de trabalhadores existentes em cada estabelecimento. Mas, o que nos cabe aqui é pensar que além da atuação massiva na formação profissional para indústria, e que faz parte do seu escopo, a CNI, além de participar ativamente nos debates educacionais, tem participação nas ações educativas, como explicita Rodrigues (1997).

Esse percurso direcionou a pesquisa realizada no Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia no ano de 2018, onde tive o primeiro contato com documentos produzidos pela CNI. A pesquisa, que recebeu o título “A Educação como indicativo de um modelo de sociedade: compreensões a partir da Confederação Nacional da Indústria”, teve por objetivo apresentar as enunciações e intencionalidades da CNI para a educação nacional, em especial, a educação pública, e sua ação direcionada às políticas públicas para a educação.

Pretendendo dar continuidade e profundidade ao estudo de organizações privadas inseridas no campo educacional, essa dissertação se propõe a compreender as demandas do setor industrial que estão postas para a organização do Ensino Médio e a Educação Profissional no Brasil. Temos em vista compreender as demandas da burguesia industrial, representada pela Confederação Nacional da Indústria, para o Ensino Médio e a Educação Profissional a partir da segunda década do século XXI e que estão expressas nos Mapas Estratégicos da Indústria 2013-2022 e 2018-2022, considerando as mudanças ocorridas no regime de acumulação.

A fim de atingir o objetivo proposto, formulamos três objetivos específicos, que são: a) investigar o contexto de produção dos Mapas Estratégicos da Indústria, procurando compreender as demandas da

reestruturação produtiva e do novo desenvolvimentismo; b) compreender a Confederação Nacional da Indústria no cenário nacional; c) apreender o papel que a CNI tem desempenhado na definição das políticas públicas para a educação.

Nesse sentido, as fontes de análise dessa pesquisa são características da fase atual da CNI, em que os chamados documentos técnicos constituem a principal forma de mediação da classe burguesa industrial com a sociedade civil e os governos. Os Mapas Estratégicos da Indústria, por sua vez, constituem uma nova categoria de documentos técnicos, nas palavras de Melo (2010, p. 111), “[...] o mais importante documento da CNI nos anos 2000 e expressa também a maior ação articulada do sistema indústria e do Fórum Nacional da Indústria – FNI nos anos 2000”. Supostamente materializam uma agenda para o Brasil alcançar uma economia produtiva, inovadora e integrada ao mercado internacional.

Conhecer a primeira versão dos Mapas Estratégicos da Indústria faz-se necessário para que possamos compreender a função e a dinâmica das fontes analisadas, as quais precedem a publicação desta primeira agenda da indústria; as fontes analisadas datam da história recente, estando ainda em período de vigência.

A primeira publicação data de 2005, correspondendo ao Mapa Estratégico 2007-2015. Nas palavras do Presidente da CNI à época, Armando Monteiro Neto<sup>1</sup>, o Brasil teria que enfrentar questões que já não faziam parte da agenda das economias que competem com o nosso país, traduzindo-se em uma agenda complexa. Esse mapa sugere, no enfrentamento a esses entraves ao crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida, um conjunto de iniciativas e reformas nos diversos setores da sociedade, e que, portanto, estão interconectados. Nesse sentido, os enunciados enfatizam o papel do Estado na promoção de um ambiente institucional favorável a economia, partindo da premissa de que “[...] o Estado deve garantir instituições sólidas e de qualidade, tornando-se capaz de coordenar ações necessárias à criação de um ambiente econômico competitivo” (CNI, 2005, p. 13). Cabe salientar, conforme

---

<sup>1</sup> Em apresentação ao Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015.

é enunciado, que o planejamento da indústria tem caráter permanente e independe da mudança de governos.

Os Mapas Estratégicos da Indústria são divididos em eixos que estão relacionados ao desenvolvimento de instituições e a implementação de políticas fundamentais ao crescimento da economia, tais como: Educação, Eficiência do Estado, Infraestrutura, Ambiente Macroeconômico, Financiamento, Tributação, Segurança Jurídica, Relações de Trabalho, Inovação, Produtividade, Desenvolvimento de Mercados e Responsabilidade ambiental, sendo esses eixos comuns a todos os Mapas. Destaca-se entre estes a Educação, considerada um dos fatores chave para o desenvolvimento econômico do país. Nesse ínterim, para cada eixo são estabelecidos objetivos, metas e programas a serem implementados, tudo isso partindo de indicadores. Visto que, conforme referencia o Mapa “Já se afirmou que o mundo é governado pelos números. Conheço isto: os números nos dizem se ele está sendo bem ou mal governado.” (GOETHE, n.d. apud CNI, 2005, p. 17).

Cabe ressaltar que posterior ao Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, novos documentos técnicos foram produzidos pela CNI, estes são partes constitutivas do Mapa, representando esforços específicos da CNI em cada área (MELO, 2010), bem como, essa dinâmica é aplicável aos Mapas Estratégicos que o sucedem.

Embora o primeiro Mapa suscite o desafio de enfrentar questões já superadas por “países desenvolvidos”, é preciso considerar que o período de elaboração do documento coincide com os primeiros reflexos do que se tornaria uma crise do sistema financeiro em nível global. Apesar de ter eclodido nos Estados Unidos, as crises do capitalismo não são resolvidas, elas se movem. Assim, entre 2006 e 2007 a crise passa a se deslocar geograficamente atingindo as periferias, e ganhando novas dimensões. Ou, como expressa o geógrafo e antropólogo inglês, David Harvey, em entrevista à “Desafios do Desenvolvimento” em 2012<sup>2</sup>, “a crise muda sua natureza”. O que era uma crise local, devido a lógica capitalista de “gestão” de crise, torna-se global, assim os países iniciam estratégias de controle da crise. Nesse sentido, mais do que nunca, “[...] a burguesia industrial brasileira se vê obrigada a produzir recursos

---

<sup>2</sup> A entrevista foi concedida na vinda do autor ao Brasil para o lançamento da edição nacional de seu livro “O enigma do capital”, publicado pela Boitempo.

que garantam suas condições de competitividade no mercado mundial” (MELO, 2010, p. 10), desenhando o seu plano de ação. Nesse contexto se insere a educação.

Os projetos ou planos de ação delimitam objetivos e metas para os diversos setores da sociedade brasileira, perpassando a política educacional, que é considerada um fator chave para o desenvolvimento econômico do país. Nesta pesquisa, nosso olhar se volta aos objetivos e metas a serem atingidos pela educação na segunda década do século XXI, a partir do Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 e do Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022.

Esta pesquisa tem caráter qualitativo, sendo realizada por meio de análise bibliográfica e documental. A análise documental compreende os Mapas Estratégicos provenientes da Confederação Nacional da Indústria, bem como, outros documentos localizados durante a investigação.

Por tratar-se de uma pesquisa documental e nos orientarmos a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, compreendemos que a análise das fontes não pode ser desvinculada da dinâmica econômico-social e político-educacional que consubstancia o processo em âmbito nacional e internacional (DEITOS, 2010). Visto que, como propõe Evangelista e Shiroma (2019), entendemos as fontes documentais como a matéria que compõe nossa empiria, imediata e mediadamente, mas, para resultar científica e histórica, a pesquisa precisa de uma base empírica consistente. Por isso, é preciso concebê-las em relação as suas determinações históricas, derivadas das relações sociais que configuram a própria existência humana. Visando atingir o objetivo desta pesquisa, contemplam-se as categorias totalidade, contradição, mediação, hegemonia, reprodução, classe social, capital, trabalho, essenciais ao método dialético. Assim, buscamos nas fontes bibliográficas aporte teórico para realizar esse percurso.

À vista disso, consideramos ainda que os enunciados impressos nas fontes de análise expressam, em sua totalidade, a visão de mundo de uma classe. Como contribui Evangelista (2012, p. 53), esses materiais “[...] expressam não apenas diretrizes para a educação, mas articulam interesses, projetam políticas, produzem intervenções sociais.” Pois, como destaca Bakhtin (2006, p. 96-97), “A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um

sentido ideológico ou vivencial.”, uma vez que “A língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida”.

A pesquisa bibliográfica tem em vista o levantamento e leitura de fontes referentes às políticas educacionais e da influência do empresariado nesta. O Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES constitui uma importante ferramenta para a construção do referencial teórico, apurando a busca por trabalhos que se dedicaram ao estudo da CNI. Para delimitar as buscas, utilizou-se como principais descritores “Confederação Nacional da Indústria”, “CNI” e “Burguesia Industrial Brasileira”. A *Scientific Electronic Library Online* – SciELO ou Biblioteca Eletrônica Científica Online foi essencial para direcionar a busca por fontes secundárias. Ademais, revistas científicas referências em educação pautaram a nossa busca por fontes. Para tal, utilizou-se das palavras-chave: reestruturação produtiva, neoliberalismo, novo desenvolvimentismo, história da educação e política educacional.

Algumas pesquisas fundamentais para a compreensão desta fração da burguesia e de seu *modus operandi* são: a tese de José dos Santos Rodrigues, “O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria” de 1997; a tese de Alessandro de Melo, “O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000” de 2010; a tese de Elizabete Gonçalves de Souza, “Relação trabalho-educação e questão social no Brasil: uma leitura do pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria – CNI (1930-2000)” de 2012; a dissertação de Camila Grassi Mendes de Faria, “O projeto de formação profissional da Confederação Nacional da Indústria e as políticas públicas de educação profissional: confluências entre público e privado na educação brasileira nos anos 2000” de 2015; a tese de Cristina Elsner de Faria, “O papel da Confederação Nacional da Indústria na política industrial brasileira (1938 – 2014)” de 2016; a dissertação de Otávio Gilioli Spinace, “A burguesia industrial em conflito: a trajetória da Confederação Nacional da Indústria entre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo” de 2019 e o livro (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964), publicado em 2020, de autoria de Barbara Weinstein.

A pesquisa organiza-se em três capítulos. O primeiro capítulo recebe o título “O contexto da reestruturação capitalista e do novo desenvolvimentismo”. Nesse capítulo tratamos do contexto em que são produzidos os Mapas Estratégicos da Indústria, para que posteriormente possamos analisá-los a partir das demandas da reestruturação produtiva e do novo desenvolvimentismo e de suas implicações para a educação. Autores como ANTUNES (2000); DEITOS (2006); HARVEY (2010); CASTELO (2013); CUNHA (2005); FERNANDES (1977); FRIGOTTO (1996); GONÇALVES (2012); KUENZER (2006) e XAVIER (1990) fundamentaram a compreensão das transições do sistema capitalista e os reflexos sobre a organização social.

O segundo capítulo, intitulado “A Confederação Nacional da Indústria no Cenário Nacional”, objetivou apreender essa organização da classe burguesa industrial considerando sua atuação junto ao poder público, em especial, ao que se refere à formulação de políticas públicas no âmbito educacional. Para a construção do capítulo, autores como FARIA (2016); MELO (2010); SOUZA (2012); SPINACE (2019); RODRIGUES (1997); WEINSTEIN (2000) auxiliaram na fundamentação.

O terceiro capítulo tece a análise das fontes documentais, que são os Mapas Estratégicos da Indústria 2013-2022 e 2018-2022, com ênfase para a agenda da Educação no que diz respeito ao Ensino Médio e a Educação Profissional. Nesse sentido, buscamos primeiramente compreender o que são estes documentos, a estrutura na qual se apresentam e, por fim, direcionou-se às proposições para a educação. Autores como Antunes (2020), Fernandes (1977) e Saviani (2020) nos auxiliaram nesta tarefa.

Nas considerações finais, buscou-se sintetizar as percepções diante das proposições da indústria para a educação, dentro do nosso recorte, bem como responder as interrogações do problema de pesquisa. Sendo assim, como parte destas considerações, entendemos a CNI enquanto representante de um setor que disputa pela definição das políticas públicas de educação, e que em seu escopo de atuação tenciona à educação pública proposições que contribuem para a perpetuação de seu projeto societário, concebemos como essencial compreender o seu projeto e intencionalidades. Nesse sentido, essa pesquisa pode contribuir para pensar e entender a atual conjuntura

política/educacional e os sujeitos que a permeiam, apontando subsídios para o entendimento e reflexão do projeto de sociedade no qual se está inserido.

# 1 O CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO

A organização da sociedade, das relações de produção e a educação, apresentam formas distintas a cada período histórico. Sendo assim, o entendimento dessas e da atual conjuntura, das novas formas de acumulação do capital e da estrutura que a compõe, exige a consideração histórica de como foram produzidas a fim de dialogar com o objeto dessa pesquisa, que são as políticas educacionais para o Ensino Médio e a Educação Profissional.

Apreender as relações que se estabelecem nessas esferas oportuniza conhecer os sujeitos, bem como, compreender como a superestrutura interfere no seu processo de formação. Nos permite avançar ainda na reflexão sobre como a escola, que exerce um conjunto de práticas intencionais e sistematizadas, podendo constituir-se como *lócus* de reprodução de um pensamento hegemônico.

Dessa forma, o caminho delineado percorre as mudanças do capitalismo moderno e como este se perpetua na sociedade, como o Brasil se insere neste contexto, para, por fim, compreender as demandas para a educação brasileira a partir das novas formas de acumulação do capital.

## 1.1 AS MUDANÇAS DO CAPITALISMO MODERNO E AS FORMAS DE PERPETUAÇÃO NA SOCIEDADE

Começamos então com o modo de produção que regula as relações produtivas e sociais, qual seja: o capitalismo. Qualificado no Dicionário do Pensamento Marxista como modo produtivo no qual o capital é o principal meio de produção, qualquer que seja sua forma (dinheiro, crédito para a compra de mão de obra de trabalho e insumos, maquinário), a propriedade desses meios de produção pertence a uma classe, a classe dos capitalistas (BOTTOMORE, 2013).

Assinalamos aqui a dinâmica desse sistema, que pode ser apreendida ao longo do seu processo histórico, no qual o regime de acumulação incorpora novas formas, formas essas que Harvey (2010) denomina “modo de regulação”. Isto é, na dinâmica do sistema modifica-se a organização social e

política a qual está associado, tendo em vista a manutenção e reprodução do capitalismo. Para explicar essas formas de expressão do capitalismo, o autor utiliza Lipietz (1986), um dos expoentes da Escola Francesa da Regulação<sup>3</sup>.

Um regime de acumulação “descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados”. Um sistema particular de acumulação pode existir porque “seu esquema de reprodução é coerente” (apud HARVEY, 2010, p. 117).

A compreensão das relações de âmbito político, econômico e social no século XXI, sugere uma retomada aos modelos de produção que regem/ram a acumulação capitalista até chegar na sua forma atual. Destaca-se aqui dois grandes modelos produtivos que além de pautar as condições de produção, implicam também nas condições de reprodução dos assalariados e, por conseguinte, as próprias relações em sociedade, o taylorismo-fordismo e o toyotismo.

Embora destaquemos esses dois modelos produtivos que se articulam ao movimento do capital ao longo de seu processo histórico, “[...] é preciso considerar que, mesmo antes de a ciência ser posta a serviço do capital, a produtividade e o controle do trabalho já se faziam presentes.” (ZANARDINI, 2006, p 18).

A dimensão tecnológica é essencial para compreensão do processo de acumulação, visto que constitui um fator de produção com a capacidade de aumentar a produtividade do trabalho e reduzir o tempo necessário à produção de mercadorias, gerando mais-valia relativa<sup>4</sup> (GUIMARÃES, 1995). A evolução

---

<sup>3</sup> A Escola Francesa da Regulação ou Escola da Regulação Econômica é uma corrente teórica derivada do marxismo, que tem como objeto principal a diversidade assumida pelo capitalismo e suas formas de desenvolvimento, assim como a sucessão de crises que marca todas as suas expressões, podendo, dessa forma, oferecer meios para entender a dinâmica da sociedade capitalista, suas crises e os processos de transformações ligados a elas. A obra “*Régulation et crises du capitalisme*” de 1976, de autoria de Michel Aglietta, pode ser identificada como o trabalho inaugural da Escola da Regulação Econômica (TISESCU, 2014).

<sup>4</sup> A extração da mais-valia relativa resulta da partilha, entre todos os capitais, dos benefícios dos aumentos de produtividade em algum setor que produz bens de consumo dos trabalhadores. Essa partilha é consequência do processo da CIRCULAÇÃO e da concorrência capitalista, por meio das quais os lucros extras de um capitalista inovador são perdidos gradualmente à medida que o valor do produto cai quando as novas técnicas são adotadas pelos concorrentes. A extração de mais-valia relativa não ocorre, portanto, como um processo consciente para os capitalistas, cujo objetivo é reduzir seus próprios custos individuais com vistas ao aumento de seus próprios lucros. A extração da mais-valia relativa pode ocorrer de

tecnológica, em consequência, desencadeia mudanças no mundo do trabalho, desde a organização à participação do ser humano nesse processo, como poderemos observar com a caracterização dos modelos produtivos.

O século XX marca a consolidação do padrão tecnológico oriundo da Segunda Revolução Industrial (1850-1950). O investimento em ciência e pesquisa trouxe grandes progressos para o período, como o desenvolvimento da energia elétrica, a descoberta do petróleo como fonte de energia e a difusão do aço como material fundamental à indústria.

“Estas novas fontes de energia, novos materiais e novos processos tecnológicos formaram a base técnica que, juntamente com as mudanças nos processos de trabalho e com o surgimento da grande empresa oligopolista, moldaram a indústria e a civilização do século XX” (DATHEIN, 2003, p. 8).

As mudanças na base técnica aliadas a necessidade de ampliar o controle sobre o trabalho<sup>5</sup> compõem o cenário de desenvolvimento de um novo modelo produtivo, o taylorismo-fordismo.

O taylorismo-fordismo tem como data inicial simbólica o ano de 1914, com a nova organização da jornada de trabalho dos trabalhadores da linha de montagem de carros da fábrica de Henry Ford. O empresário norte-americano introduziu um salário mínimo de cinco dólares por oito horas de trabalho diário. Ford já havia sido pioneiro ao implementar a linha de montagem em série para fabricação dos automóveis no ano anterior (HARVEY, 2010).

Apesar de datada do início do século XX, a implementação desse modelo produtivo teve um processo muito mais longo, aparecendo mais fortemente no pós-Segunda Guerra Mundial, tendo seu apogeu entre os anos de 1945 e 1973, período referido na literatura como “A Era de Ouro do capitalismo” (HARVEY, 2010), momento em que a economia cresceu aceleradamente no mundo todo, com baixo desemprego (praticamente no nível friccional) e inflação reduzida (PAULANI, 2006).

---

duas formas: ou se reduz a quantidade de valores de uso consumidos pelo trabalhador, ou se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mesma quantidade de valores de uso (BOTTOMORE, 2013, p. 363-364).

<sup>5</sup> A ascensão dos movimentos sindicais foi determinante para a reestruturação das relações de trabalho, uma vez que os industriais viam na reestruturação uma maneira de conter o avanço da resistência dos trabalhadores e de elevar a produtividade (RAGO; MOREIRA, 2003).

Precisamos considerar as influências do sistema de gestão do trabalho elaborado por Frederick Taylor<sup>6</sup> na concepção do modelo implementado na fábrica de Ford, por isso nos referimos ao modelo produtivo como taylorismo-fordismo.

A esteira rolante é o principal marco que caracteriza a produção taylorista-fordista, onde o trabalhador assumia uma posição fixa e não precisava se deslocar para a realização de suas tarefas. Essa estrutura verticalizada contribuiu para o aumento dos lucros e da produtividade na época (HARVEY, 2010).

Além da posição fixa, os trabalhadores assumiam postos de trabalho bem definidos, reproduzindo um trabalho repetitivo e massivo, controlado pelo cronometro que pautava o ritmo de produção. As relações de trabalho eram mediadas por uma estrutura rigidamente hierarquizada, em que se estabeleciam fronteiras entre o trabalho técnico e o trabalho intelectual, permitindo ao trabalhador técnico um controle quase inexistente de sua produção.

Sobre a divisão do trabalho, Taylor (2010, p. 41) explica:

O uso prático dos dados científicos requer uma sala em que são guardados os livros, notações dos rendimentos máximos etc., e uma mesa para o planejador das tarefas. Assim, todo o trabalho feito pelo operário no sistema antigo, como resultado de sua experiência pessoal, deve ser necessariamente aplicado pela direção no novo sistema, de acordo com as leis da ciência, porquanto o trabalhador, ainda que bem habilitado na organização e uso dos dados científicos, estaria materialmente impossibilitado de trabalhar ao mesmo tempo, na máquina e na mesa de planejamento. Está claro, então, na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro diferente para executar o trabalho.

Na concepção do autor, essa organização conferia qualidade e produtividade ao trabalho.

Essa organização rígida do taylorismo-fordismo se estendia também a organização social. Ford idealizava o modelo produtivo de modo complexo, reconhecendo que esse se movimentava em dinâmica com a sociedade, como nos explica Harvey (2010, p. 121):

---

<sup>6</sup> Materializada na obra *Princípios de Administração Científica*, publicada pela primeira vez em 1911, a contribuição de Taylor consiste na aplicação de métodos científicos, baseados em leis, regras e princípios para melhor administrar o trabalho, acreditando ser aplicáveis a todos os tipos de atividades humanas (TAYLOR, 2010).

O que havia de especial em Ford [...] era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Para Ford, a nova rotina de trabalho e a recompensa oferecida implicariam em disciplina e produtividade aos trabalhadores, que dispendo de renda e tempo para o lazer, teriam acesso aos produtos produzidos em massa. Ele presumia que os trabalhadores soubessem gerir seu dinheiro, além de dispor de certa integridade moral, de forma a atender as necessidades e expectativas das corporações. O fato é que essa experiência não durou muito tempo, mas foi uma amostra dos problemas sociais, psicológicos e políticos que o fordismo acarretaria no futuro (HARVEY, 2010).

É importante salientar que Taylor, em sua obra, também falava em benefícios para a classe operária, e que estes ocorreriam em dinâmica com a prosperidade dos capitalistas. Para ele,

O principal objetivo da administração deve ser o de assegurar o máximo de prosperidade ao patrão e, ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado.

A expressão *máximo de prosperidade* é usada em sentido amplo, compreendendo não só grandes dividendos para a companhia ou empregador, como também desenvolvimento, no mais alto grau, de todos os ramos do negócio, a fim de que a prosperidade seja permanente. Igualmente, máxima prosperidade para o empregado significa, além de salários mais altos do que os recebidos habitualmente pelos obreiros de sua classe, este fato de maior importância ainda, que é o aproveitamento dos homens de modo mais eficiente, habilitando-os a desempenhar os tipos de trabalho mais elevados para os quais tenham aptidões naturais e atribuindo-lhes sempre que possível, esses gêneros de trabalho (TAYLOR, 2010, p. 6).

Em razão da insuficiência do modelo taylorista-fordista e dos fatos históricos que se seguiram, de modo particular a Crise de 1929<sup>7</sup>, que se estendeu à década seguinte, e a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), a prosperidade do regime de acumulação revelou sua dependência à intervenção estatal. Foi produzida então, uma nova forma de conceber o uso dos poderes

---

<sup>7</sup> Também nominada como “A Grande Depressão”, compreende uma profunda crise econômica desencadeada pela queda do valor das ações da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que por fim, provocaram a sua “quebra” (Williams, 2013).

do Estado<sup>8</sup>, que teve de assumir novos papéis e arranjos e dar conta da regulamentação social, com vistas a assegurar a coerência desse regime. Isso garantiu certa estabilidade ao regime de acumulação até meados da década de 1970 (HARVEY, 2010).

Tendo em vista os problemas de ordem econômica e social que ameaçavam o poder capitalista no final da década de 1920, em razão dos eventos históricos mencionados anteriormente, vislumbrou-se um acordo entre Estado, mercado e instituições democráticas em prol de garantir a paz, a inclusão, o bem-estar e a estabilidade, de forma a impedir o ressurgimento de conflitos (HARVEY, 2008). Esse acordo apoiava-se na filosofia social do economista John Maynard Keynes, exposta no livro “Teoria Geral”, publicado em 1936.

Nos Estados Unidos, o plano de recuperação da economia recebeu o nome de *New Deal* ou Novo acordo. Políticas econômicas semelhantes foram implementadas na Europa, materializando-se no *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social, que é como vamos nos referir adiante. Esse conjunto de medidas econômicas e sociais adotados constituiu um dos elementos responsáveis pela expansão capitalista neste período<sup>9</sup> (ZANARDINI, 2006).

O Estado de Bem-Estar Social conduziu um conjunto de reformas sociais e econômicas que cooperaram para a reconstrução dos países no pós-Segunda Guerra Mundial (1945). Na esfera social, instituiu alguns direitos mediante um sistema de seguridade social que garantia serviços e benefícios aos cidadãos prestados pelo Estado, sem fazer qualquer distinção<sup>10</sup> (FALEIROS, 1991).

---

<sup>8</sup> Ao referirmo-nos ao Estado, compreendemos como um produto do antagonismo de classes que se desenvolve na sociedade, e os conflitos oriundos desse tornaram necessária “[...] uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não-possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda” (ENGELS, 1984, p. 120). Ainda, [...] para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. (ENGELS, 1984, p. 191). Portanto, o Estado constitui esse poder organizador da sociedade. Assim, à medida que o capital incorpora novas formas de acumulação, modifica-se também a organização política, com vistas a perpetuação desse sistema.

<sup>9</sup>Essa organização político-econômica é hoje denominada, segundo Harvey (2008), “liberalismo embutido”, sinalizando o período em que o Estado “às vezes restringiu mas em outros casos liderou a estratégia econômica e industrial.” (p. 21).

<sup>10</sup>Enquanto países de capitalismo avançado da Europa Central e parte da América do Norte caminhavam para o Estado de Bem-Estar Social como forma de recuperar-se da crise e

No que diz respeito ao Estado de Bem-Estar Social, apesar de apresentar-se de formas distintas em cada nação-Estado, suas diferentes manifestações

[...] tinham em comum era a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como "keynesianas" foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno (HARVEY, 2008, n.p.).

Acerca do Estado de Bem-Estar Social, não podemos nos esquecer que, apesar de sua formulação fundamentar-se em questões sociais, promovendo o acesso a determinados bens e serviços, tratava-se de um Estado capitalista. Por isso,

[...] é necessário evidenciar que, mesmo no enunciado estado do bem-estar social, o acesso a bens e serviços sociais não se desarticula do desenvolvimento do capitalismo e de suas contradições. Nesse contexto, o Estado, cumprindo sua função de mantenedor e representante do capitalismo conserva e assegura as relações capitalistas de produção e os mecanismos do mercado de trabalho, concomitantemente, gere as atividades do mercado e da produção e fornece a prestação de serviços e benefícios como direito (COSSETIN, 2017, p. 48).

Enquanto modelo produtivo imperante, o taylorismo-fordismo obteve progresso na formação de mercados de massa globais, devido aos arranjos que permitiam a absorção da capacidade de excedente de produção nos mercados externos. No entanto, é preciso considerar que o desenvolvimento econômico ocorreu de forma desigual entre as nações-Estado<sup>11</sup>, e nem todos eram atingidos pelos benefícios propostos pelo modelo produtivo, fazendo com que houvesse sinais de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. Nem

---

alavancar novamente o desenvolvimento econômico, países periféricos como o Brasil, adotaram políticas desenvolvimentistas, desenvolvendo serviços sociais setorizados, fragmentados, emergenciais, que visavam sustentar a estrutura econômica, política e social, não se constituindo em um Estado de Bem-Estar Social (VIEIRA, 2001).

<sup>11</sup> A exemplo das nações latino-americanas, que devido a raízes de dependência às nações capitalistas hegemônicas no espaço econômico, político e cultural, além das transformações do capitalismo em velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas desses países, constituíram traços característicos e peculiares ao desenvolvimento capitalista nas economias periféricas e dependentes (FERNANDES, 1975; XAVIER, 1990).

mesmo a articulação ao Estado de Bem-Estar Social foi capaz de conter as contradições inerentes ao sistema capitalista (HARVEY, 2010).

Assim, já no final dos anos 1960 o modelo político e econômico, começou a dar sinais de esgotamento. De acordo com Cossetin (2017, p. 49-50):

Os sinais de uma crise de acumulação eram aparentes e estavam em toda parte, evidenciados pelo desemprego e a inflação que se ampliavam e faziam emergir uma fase global de 'estagflação' que duraria por boa parte dos anos de 1970.

Evidencia-se assim, uma ruptura ao compromisso taylorista-fordista, que consistia em assegurar o crescimento sustentado de investimentos com aumento de produtividade e crescimento, além de elevar o padrão de vida, garantindo uma base estável para realização de lucros (HARVEY, 2010).

Diante disso, o Estado de Bem-Estar Social, atrelado ao modelo de produção taylorista-fordista “[...] deixa de mostrar-se eficiente para o processo de realimentação do capital; inicia-se aí um processo de transição no interior do processo de reprodução do capital.” (ZANARDINI, 2006, p. 29).

A insuficiência do modelo produtivo representa, na verdade, um período de crise do próprio sistema capitalista<sup>12</sup>, que precisa encontrar novas formas para sua manutenção e reprodução em sociedade. Como diria Harvey (2011), é em tempos de crise que o capitalismo se renova. Na entrevista concedida em 2012, o autor desenvolve essa ideia de renovação do capital:

Há uma constante pressão da acumulação do capital contra os seus limites. Periodicamente esses limites se mostram muito difíceis de superação. E quando se tornam difíceis de superação nós temos uma situação de congelamento do sistema. Surge sempre a pergunta de como é possível para o capitalismo acumular sem limites. Marx tem uma resposta muito interessante para isso, cópia. Isso é o que nós vemos quando o Federal Reserve pratica o afrouxamento quantitativo criando do nada um trilhão de dólares. [...] Essa dinâmica, evidentemente, tem limites, que só podem ser transcendidos na esfera monetária. Nós criamos liquidez como mecanismo de enfrentamento da crise, mas não sabemos para onde vai essa

---

<sup>12</sup> Figueiredo (2006) explica que a crise financeira a nível internacional e a crise da dívida externa (1982) que atingiram os países periféricos, é decorrente da associação da elevação do preço do petróleo (1973-1979), da ação unilateral dos Estados Unidos de elevar as taxas de juros (1979) e da revalorização do dólar pelo Banco Central norte-americano (1979). Neste contexto, “Os ajustes econômicos obrigatórios das diversas economias nacionais a esta nova realidade foram os grandes responsáveis – junto com o segundo choque do preço do petróleo – pelo movimento recessivo generalizado que atravessou a economia mundial durante os primeiros anos da década de 80.” (FIORI, 1995, p. 184 apud FIGUEIREDO, 2006, p. 99).

liquidez, onde colocá-la e como usá-la. Outra coisa que acontece é que, ao criar dinheiro, você cria desvalorização, seja a própria desvalorização do dinheiro ou a desvalorização dos ativos, como vimos acontecer no mercado imobiliário americano. Daí, os valores das propriedades colapsam. (HARVEY, 2012).

E, foi justamente esse acúmulo de capitais buscando valorização financeira que levou a uma pressão crescente pela liberalização dos mercados financeiros e pela desregulamentação dos mercados de capitais. “O modo de regulação do capitalismo, que funcionara no período anterior, dos anos dourados, não se adequava mais a um regime de acumulação que funcionava agora sob o império da valorização financeira.” (PAULANI, 2006, 75).

No contexto da crise capitalista do final da década de 1950 e início da década de 1960, “Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação [...]” (ANTUNES, 2009, p. 31).

A retomada da acumulação de capital se deu a partir da reestruturação do sistema produtivo, introduzindo um novo modelo de produção, difundido como toyotismo ou regime de acumulação flexível, o qual tem origem nas matrizes industriais japonesas. Harvey (2010) salienta que a acumulação flexível aparece como um rompimento à rigidez dos sistemas de produção em massa, apoiando-se na flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados e também dos produtos e padrões de consumo. Assim, as décadas de 1970 e 1980 constituíram um período de reestruturação econômica, produtiva e reajustamento social e político.

Um dos primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva se deu a partir da modernização dos padrões organizacionais e tecnológicos. Vivia-se um momento de grande expansão tecnológica<sup>13</sup> e os processos de trabalho começaram a ser automatizados com a inserção da robótica e da microeletrônica (ANTUNES, 2000). Entendia-se que por meio destes aparatos seria possível construir um novo sistema produtivo. No entanto, enquanto uma estratégia isolada, não logrou resultados satisfatórios (DEITOS, 2006).

---

<sup>13</sup> A incorporação de inovações tecnológicas não apenas aos processos produtivos, mas a gestão e organização da produção e do trabalho, é parte do movimento de grandes transformações sociais, técnicas, econômicas e culturais que se acentua na década de 1980, constituindo um processo de profunda mudança no interior das sociedades capitalistas. Esse processo, que resulta em uma nova forma de organização produtiva, que está presente e de forma sincronizada em vários países, é caracterizado como a Terceira Revolução Técnico-Científica (FARAH JÚNIOR, 2000).

Algumas abordagens otimistas sobre a mudança social e tecnológica se apoiam na ideia “[...] de que a tecnologia causa um conjunto específico de mudanças, que torna estruturas particulares e determinados arranjos institucionais inevitáveis ou que o caminho da mudança tecnológica é linear e sequencial” (DICKEN 1991, p. 97 apud SIMÕES, 1996, n.p.), construindo a tese de que a inserção tecnológica é o caminho para o progresso. Em contrapartida, partindo de uma perspectiva inversa, de que a sociedade é que molda a tecnologia, o emprego desta, a forma como ele é feito e seus impactos sociais – como veremos adiante –, são fruto de uma decisão política (SIMÕES, 1996).

Assim, os novos meios de produção foram articulados a uma produção orientada pelas demandas de mercado, que fez com que os produtos passassem a ser mais diversificados. Nesse contexto, intensifica-se a busca pela otimização do tempo e a qualidade dos produtos, demarcada pela inserção de sistemas de gestão da força de trabalho e da qualidade (ANTUNES, 2000).

Com a estrutura fabril modernizada e sob a influência dos novos padrões flexíveis, foi preciso adequar a força de trabalho às condições e necessidades desse mercado. Dessa forma, sob o regime de acumulação flexível, preconiza-se o trabalhador flexível, polivalente, capaz de operar simultaneamente várias máquinas, combinando “várias tarefas simples”, caracterizando o que se chama de “especialização flexível”<sup>14</sup>. Além dessas competências, o trabalhador deve estar apto ao trabalho em equipe (ANTUNES, 2000).

Todo esse arranjo organizacional, somado ao processo de descentralização da indústria<sup>15</sup>, próprio do modelo flexível, impele mudanças significativas às relações trabalhistas, no que tange aos direitos dos trabalhadores. As novas configurações engendraram o surgimento de novos

---

<sup>14</sup> Piore e Sabel são pioneiros na apresentação da tese da especialização flexível, tem-se como referência a obra “The second industrial divide”, publicada em 1984.

<sup>15</sup> A descentralização da indústria consiste na pulverização das etapas da produção em diferentes áreas geográficas. Essa organização permitiu a criação de conjuntos industriais completamente novos e em regiões até então subdesenvolvidas. Ao contrário do que sugere a dispersão da produção, isso permitiu um controle ainda maior do trabalho, além do fortalecimento das corporações (HARVEY, 2010).

regimes de trabalho, como trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratações (terceirização) (ANTUNES, 2000).

Logo, as mudanças no mundo do trabalho contribuíram para a sua precarização. Sem garantias de um emprego estável, o desemprego cresceu e o sindicalismo não foi capaz de manter suas bases<sup>16</sup>, sendo gradativamente dissolvido e substituído pelo sindicalismo de empresa, como ocorreu no Japão, subordinando ainda mais o empregado a seu patrão (ANTUNES, 2000).

Outra característica fundamental nessa fase do capitalismo é a responsabilização do sujeito pela sua condição no sistema. Se antes, no modelo taylorista-fordista, ao menos teoricamente, idealizava-se um equilíbrio entre a vida na fábrica e a vida privada dos trabalhadores, incluindo saúde, instrução, lazer, ainda que para os fins do capital, na era flexível tudo isso é relativo à esfera privada. A qualificação profissional dos sujeitos trabalhadores é de interesse próprio, visto que estes devem preocupar-se em ser atraentes para o mercado de trabalho. No entanto, o investimento em qualificação não equivale a uma vaga no mercado (CARDOSO, 2003).

Neste contexto, Cardoso (2003) expõe que os problemas sociais desencadeados pelo novo modelo produtivo, como o desemprego, a informalidade, as desigualdades sociais, são encarados pelo grande capital como custos da reestruturação, custos que seriam compensados pelas benesses que o modo de regulamentação promete.

Para que as novas formas de reprodução do capital e regulação do trabalho pudessem coexistir, foi necessário um novo ordenamento social pactuado entre capital, trabalho e Estado (ANTUNES, 2000). Isso se reflete na figura do Estado, que é tido como organizador da sociedade. Dessa forma, os contratos sociais firmados em sociedade precisaram ser revistos, tendo em vista que esses já não estavam mais em sintonia com a atual lógica de mercado.

Recupera-se então as teses centrais do liberalismo clássico, que passam a compor a base político-ideológica do modelo produtivo nascente, são elas: (i) despolitização total dos mercados e a liberdade absoluta de circulação

---

<sup>16</sup> Para o regime de acumulação flexível, os sistemas nacionais que regulamentam as relações de trabalho representam empecilhos para o equilíbrio do mercado, sendo necessária a sua reformulação (CARDOSO, 2003).

dos indivíduos e dos capitais privados; (ii) defesa intransigente do individualismo; (iii) igualação de oportunidades ou condições iniciais igualizadas para todos (FIORI, 1997, p. 202).

No que diz respeito ao primeiro item, para o qual Fiori (1997) usa a expressão “o menos de Estado e política possível”, não significa que o Estado deva estar ausente, pelo contrário, o Estado é essencial para a regulação do mercado, ou mesmo, para compensação de suas falhas. Ou seja, ele se faz necessário para que o ambiente institucional esteja favorável às relações de mercado (HARVEY, 2010).

O propalado “Estado mínimo” também incide sobre a promoção das políticas sociais, pois ocorre o encolhimento dos fundos públicos e, por conseguinte, a redução das conquistas sociais (ANTUNES, 2000). O investimento mínimo em políticas sociais, para além de suas raízes ideológicas, está relacionado às políticas de ajuste econômico, que são justificadas pela crise financeira internacional, orientando-se assim para a redução de investimentos nesta área. Contudo, Figueiredo (2008) salienta que algumas políticas passam a receber centralidade, como saúde e educação básicas, pois estão relacionadas à formação do “capital humano” e, portanto, necessárias ao processo de acumulação de capital.

Observe-se que, se no período anterior o Estado teve de expandir a promoção de políticas públicas de caráter social, agora, neste novo regime, requer-se o enxugamento destas políticas, não porque elas não são necessárias, mas porque o Estado também organiza-se a partir dos ditames do capital.

Neste sentido, a descentralização dos poderes do Estado faz com que essas políticas fiquem ainda mais fragilizadas, porque isso implica em transferir os serviços exclusivos do Estado para o setor privado, e é claro, continuarão a ser subsidiados pelo Estado (COSSETIN, 2017). Assim, a articulação entre o público e o privado permite que políticas públicas como saúde, educação, cultura, habitação, seguridade, informação, defesa do consumidor, passem a ser organizadas como “coisas de mercado”. Na perspectiva de que o que é bom para o mercado seria equivalente para as políticas sociais.

Em suma, é preciso conceber o regime flexível de maneira não conclusiva, mas progressiva, tendo em vista que países de capitalismo

periférico continuam o processo de reformas estruturais iniciadas na década de 1990.

Além disso, durante esse processo de consolidação do regime flexível, o capitalismo enfrentou períodos de crise, o que fez com que emergissem novas formas de articular o desenvolvimento econômico<sup>17</sup>. Validando a natureza dinâmica do capital.

Os modelos produtivos apresentados, taylorismo-fordismo e toyotismo, contam com um ponto convergente em especial: o controle sobre o emprego da força de trabalho, visto que a produção de mais-valia<sup>18</sup> se apoia na exploração do trabalho vivo. Isto é, “[...] o trabalho humano passa a ser um modo de existência do valor do capital, a este se incorporando, que se origina a necessidade de organizar e gerir o trabalho” (KUENZER, 2006, p. 48).

O controle sobre a força de trabalho implica na formação do sujeito do qual o trabalho é expropriado, desta forma, a materialização de um regime de acumulação depende também de sua impressão nas leis, normas e hábitos sociais, dos quais a educação é parte integrante, de modo a garantir certa unitariedade entre os comportamentos individuais (HARVEY, 2010).

Ambos os modelos de produção, taylorismo-fordismo e acumulação flexível, implicam na formação de um modelo de homem, de um trabalhador adaptado as formas produtivas, tendo em vista que os novos métodos de trabalho estão relacionados a um modo específico de viver, pensar e sentir a

---

<sup>17</sup> A próxima seção irá tratar do novo desenvolvimentismo como a nova estratégia de desenvolvimento da América Latina no século XXI. Embora receba pareceres distintos, o consideramos como mais uma das reformulações do liberalismo para contornar a crise capitalista.

<sup>18</sup> A mais-valia constitui um conceito importante para a teoria marxista, essa se converte em lucro, que é a base do funcionamento do sistema capitalista. A mais-valia equivale ao excedente da produção do trabalhador, visto que a força de trabalho produz mais valor do que ela custa/vale, como no exemplo apresentado por Marx (1988, p. 152) no primeiro volume de “O capital: crítica a economia política”: “O valor diário da força de trabalho importava em 3 xelins, porque nela mesma está objetivada meia jornada de trabalho, isto é, porque os meios de subsistência necessários para produzir diariamente a força de trabalho custam meia jornada de trabalho. Mas o trabalho passado que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, são duas grandezas completamente diferentes. A primeira determina seu valor de troca, a outra forma seu valor de uso. O fato de que meia jornada seja necessária para mantê-lo vivo durante 24 horas não impede o trabalhador, de modo algum, de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são, portanto, duas grandezas distintas. Essa diferença de valor que o capitalista tinha em vista quando comprou a força de trabalho.” Assim, a exploração da força de trabalho constitui o produto da acumulação de capital.

vida, como nos diz Harvey (2010) em referência aos Cadernos do Cárcere de Gramsci. Isso porque,

As forças produtivas e as relações sociais – umas e outras, aspectos diversos do desenvolvimento do indivíduo social – aparecem frente ao capital unicamente como meios para produzir [...] (ANTUNES, 2000, p. 57).

Nessa perspectiva, da busca constante pela reprodução ampliada do capital, encontramos na produção taylorista-fordista a valorização do trabalhador do tipo bovino da obra de Taylor<sup>19</sup>, forte e dócil, suscetível à orientação de um instrutor (que detém os conhecimentos científicos sobre o trabalho). Sob o regime flexível, o trabalhador deve ter conhecimento das técnicas e do processo produtivo, ao passo que, o capital apropria-se do saber e do fazer (ANTUNES, 2000).

Para o autor,

Essas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais etc, dos diversos países onde são vivenciadas, afetam diretamente o operariado industrial tradicional, acarretando metamorfoses no ser humano (ANTUNES, 2000, p. 42).

É importante salientar que essa “metamorfose do ser humano”, é intensificada pela autoridade de instituições básicas como a família, os diferentes sistemas religiosos e a escola, que se configuram como Aparelhos Ideológicos de Estado – AIE<sup>20</sup>. Em justificativa, Althusser (1988, p. 58) explica

[...] que a reprodução da força de trabalho não exige somente uma reprodução de sua qualificação mas ao mesmo tempo uma reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, de modo a que eles assegurem também “pela palavra” o predomínio da classe dominante.

Em outras palavras, a escola (mas também outras instituições do Estado, como a Igreja e outros aparelhos como o Exército) ensina o “know-how” mas sob formas que asseguram a submissão à ideologia dominante ou o domínio de sua “prática”.

---

<sup>19</sup> Princípios de Administração Científica (1911).

<sup>20</sup> O conceito é difundido na obra “Aparelhos Ideológicos de Estado” de Louis Althusser. O autor faz a distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado, destacando as formas de controle deste em razão da reprodução das condições da ordem vigente.

Assim, a influência e representatividade desses AIE contribuem para a educação do sujeito para o trabalho e, de certa forma, para a reprodução da vida cotidiana nos moldes capitalistas.

De modo a situar os processos de reestruturação do capital na realidade brasileira, a próxima seção irá apresentar as mudanças no modelo de produção e na formação dos trabalhadores no Brasil, partindo da instalação do processo de industrialização até o cenário atual, considerando suas repercussões na conjuntura política e social.

## 1.2 MUDANÇAS NO CAPITALISMO NO BRASIL: DA ECONOMIA AGRÍCOLA À ECONOMIA AGROINDUSTRIAL

Avaliar o avanço das relações capitalistas implica em compreender o desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio do capital. Dessa forma, a industrialização pode ser compreendida como o núcleo básico do processo de consolidação da ordem econômico-social capitalista, isso porque

[...] a industrialização não se resume num processo técnico mas representa o avanço das relações capitalistas que se expressa no rompimento com as antigas formas de produção e conseqüentemente numa alteração da ordem por elas gerada (XAVIER, 1990, p.26).

De acordo com Xavier (1990), os países centrais tiveram grande expressão industrial antes mesmo do regime fordista, mas no resto do mundo capitalista isso ocorreu mais tardiamente. Isso significa que o desenvolvimento do capitalismo envolve condições e efeitos que não se concretizam historicamente da mesma maneira.

O avanço das relações de produção nas economias de base não industrial teve por resistência a organização do trabalho, a tradição artesanal e a produção agrícola forte dessas regiões. Isso contribuiu para que o capitalismo se desenvolvesse de forma peculiar, além disso, a introdução tardia desses países em uma economia integrada foi determinante para a sua posição no processo de reprodução do capital (XAVIER, 1990).

Florestan Fernandes (1977), ao tratar do processo de industrialização no Brasil, destaca que “[...] aparece e se afirma como um processo de

modernização típico, fomentado e graduado de fora, embora alimentado e sustentado a partir de dentro” (FERNANDES, 1977, p. 171). Esse autor clássico parte da compreensão de que temos no Brasil o que ele chama de capitalismo dependente:

[...] um padrão de desenvolvimento econômico pelo qual o crescimento econômico das nações ficava subordinado aos interesses, à política e às potencialidades econômicas das nações dominantes. [...] o que se produz, durante o transcorrer dessa época econômica, não é senão a germinação de uma economia capitalista dependente, que só tinha algum dinamismo interno na medida em que absorvia influxos de crescimento vindos de fora. (FERNANDES, 1977, p. 170).

As condições de desenvolvimento expressas condizem com a realidade dos países latino-americanos, como é o caso do Brasil. No país, a instalação do processo de industrialização ocorreu nas décadas iniciais da Primeira República (1889-1930)<sup>21</sup>. A acumulação de capital na cafeicultura foi um dos fatores propulsores à industrialização, engendrando o desenvolvimento de outros setores. Nesse período, a mão de obra da indústria era majoritariamente estrangeira, em razão da maior oferta de trabalho que atraía os imigrantes e da recente abolição da escravatura, já que não se podia mais contar com os escravos (CUNHA, 2005).

O crescimento da indústria reunia um número cada vez maior de operários nas fábricas, por sua vez, a expansão das unidades de produção e a intensa divisão do trabalho propiciaram o surgimento de movimentos sindicais. Considerando que os trabalhadores em sua maioria imigrantes eram tidos como precursores de ideais anárquicos e socialistas, visto que os trabalhadores brasileiros tinham raízes escravistas, o que não justificaria uma adesão espontânea a sindicatos e partidos operários. À vista disso, iniciam-se esforços para o recrutamento de mão de obra nacional (CUNHA, 2005).

A valorização dos trabalhadores nacionais se deu pela criação de escolas profissionais<sup>22</sup> tuteladas pelo Estado, as primeiras unidades foram sediadas no Estado do Rio de Janeiro no ano de 1906. Além de ser

---

<sup>21</sup> Sobre o processo de industrialização no Brasil, as obras “Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino” de Maria Elizabeth Sampaio Prado Xavier (1990) e “Os ensinos de ofícios nos primórdios da industrialização” de Luiz Antônio Cunha (2005) tratam da temática com riqueza de detalhes.

<sup>22</sup> O precursor das escolas profissionais foi Nilo Peçanha, que era o então Presidente do Estado do Rio de Janeiro (como eram chamados os governadores na época).

considerado um impulsionador ao desenvolvimento, o ensino profissional era também uma necessidade, pois os nativos eram vistos como não dispostos ao trabalho. Desta forma, “O ensino industrial deveria corrigir essa [...] propensão negativa por meio do cultivo dos “hábitos de trabalho profícuo” (CUNHA, 2005, p. 18)”.

A implantação do ensino profissional foi um desdobramento do recém-criado Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, estabelecido pelo Decreto Legislativo n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906<sup>23</sup>. Além do ensino profissional, a pasta tinha como competência assuntos relativos à agricultura, comércio e desenvolvimento da indústria. A nova pasta ministerial correspondia a uma demanda dos setores agrários, em razão do pacto político dominado pelos cafeicultores de São Paulo (CAMARGO, 2017).

Mais adiante, a década de 1930 foi um período decisivo para o avanço das relações capitalistas de produção no país. As economias centrais sofriam os efeitos associados a Grande Depressão, isso levou ao “afrouxamento” dos laços de submissão dos países de capitalismo dependente, tratado por Florestan Fernandes (1977). Sendo assim, o contexto do capital internacional num processo de negociação com as elites internas necessitava que essas nações se organizassem internamente e fortalecessem a indústria nacional (XAVIER, 1990).

Nesse cenário, temas como a industrialização, comércio e trabalho recebem centralidade, emergindo a necessidade da criação de uma nova pasta ministerial no governo brasileiro. Em 26 de novembro de 1930, foi criado o Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do Decreto Legislativo n. 19.433. A agricultura, por sua vez, recebe uma pasta exclusiva (CAMARGO, 2017).

Politicamente, o Brasil vivia um momento de redefinição do papel e da ação do Estado, trazendo modificações à cultura política oligárquica do país. Como principal expoente desse período, o governo Getulista (1930-1945) tinha o padrão de acumulação voltado para a economia nacional, onde o Estado se tornou o principal agente da expansão industrial, considerando que os grupos industriais nacionais ainda não constituíam uma burguesia coesa e politizada

---

<sup>23</sup> A criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio é produto do desmembramento do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

quanto a seus interesses (XAVIER, 1990). Essa tendência de desenvolvimento econômico subsidiado pelo Estado, mais tarde ficaria conhecida como “modelo nacional desenvolvimentista”.

Gonçalves (2012), em seu estudo sobre a evolução da formulação político-ideológica desenvolvimentista, explica:

O nacional desenvolvimentismo pode ser conceituado, de forma simplificada, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. O nacional desenvolvimentismo é, na realidade, uma versão do nacionalismo econômico (p. 651).

O autor trata ainda do nacional-desenvolvimentismo na América Latina, defendendo que a estratégia implementada nessa região não era fiel a formulação político-ideológica inicial. Um dos fatores que reforçam essa ideia é a questão do nacionalismo, tendo em vista que a industrialização substitutiva de importações atrelada ao forte intervencionismo estatal apoiou-se, em boa medida, no capital estrangeiro. “É o capitalismo dependente fortemente associado ao capital estrangeiro.” (GONÇALVES, 2012, p. 653).

O plano de desenvolvimento econômico era baseado, essencialmente, nas exportações tradicionais e na substituição de importações industriais de consumo e alguns bens duráveis (HARVEY, 2010).

A apreensão desse conceito faz-se necessária, pois corresponde ao modelo de desenvolvimento econômico que se estabeleceu no Brasil por um longo período, que tem início a partir dos anos 1930 e persiste até 1980.

Uma das políticas gestadas na Era Vargas, e de grande valia para essa pesquisa, foi a Lei da Sindicalização, que por intermédio do Decreto n. 19.770 de 1931, estabeleceu a sindicalização compulsória aplicável tanto a classe operária<sup>24</sup> como aos patronais. De modo geral, o Decreto estabelecia um conjunto de medidas que passariam a regular as relações de trabalho. Além de presumir que a intervenção do poder público amenizaria os conflitos entre capital e trabalho, o objetivo era fazer com que as organizações sindicais

---

<sup>24</sup> A sindicalização operária é promovida a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Para tal, havia dois objetivos centrais: primeiro, a desarticulação do movimento operário e, segundo, implementar uma modernização conservadora nas relações de trabalho, contribuindo para estabelecer bases ao desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil (RODRIGUES, 1997).

viesses a cumprir a função de órgãos de colaboração do Estado (CPDOC-FGV, 2020).

Em cumprimento às demandas legais<sup>25</sup>, é fundado o primeiro órgão de representação do grupo industrial de grande abrangência, tendo em vista que já havia outras organizações mais polarizadas.

Em 12 de agosto de 1938 dá-se início as atividades da Confederação Nacional da Indústria, que se constitui como o órgão máximo de representação do sistema sindical patronal da indústria brasileira. Logo nos primeiros anos de atuação, a CNI assumiu a direção da formação profissional para a indústria. Com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em janeiro de 1942, a CNI passa a organizar e dirigir a aprendizagem industrial no país (RODRIGUES, 1997).

As proporções referentes ao direcionamento das escolas nacionais de aprendizagem industrial constituem importante fator de análise futura, considerando a ação educativa massiva de um setor hegemônico no campo da Educação Profissional.

Nos anos que se seguiram ao pós-Segunda Guerra Mundial, quando o fordismo se expandia pelo globo, a indústria brasileira estava em ritmo crescente e já era a área mais dinâmica da economia. O setor industrial dispunha de uma conjuntura interna e externa favorável à industrialização. No entanto, o país encontrava-se em um período de “redemocratização” pós o Golpe de 1937, de restauração das liberdades individuais, políticas e, por conseguinte, as liberdades econômicas. A burguesia industrial, imbuída de suas contradições, defendia a abertura das importações sem restrições, de forma a satisfazer as suas próprias demandas. Esse novo arranjo, além de prejudicar a política de incentivo à industrialização, contribuiu para o declínio das exportações na década de 1950. Em razão disso,

[...] a continuidade do processo de industrialização passou a depender mais que nunca da capacidade do Estado de rever sua estratégia e expansão (basicamente corrigir os mecanismos utilizados no implemento do seu padrão de acumulação) e coordenar o processo como um todo (XAVIER, 1990, p. 43).

---

<sup>25</sup> A sindicalização patronal, apesar de ser um desdobramento estatal que visava organizar e controlar a indústria nacional, era também uma necessidade que emergia em meio a burguesia industrial: a construção de um órgão de representatividade sólido e abrangente, o fato é que estes não desejavam uma representação sob os moldes do Estado (RODRIGUES, 1997).

A década de 1950 representou um período de mudanças para a industrialização brasileira, gestadas sob o governo de Juscelino Kubitschek – JK (1956-1961). De acordo com Bresser Pereira (1972), o governo JK constituiu-se como um instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento industrial e desse modo teria procedido ao estímulo à industrialização no país, estímulo aos investimentos privados nacionais e estrangeiros e crescimento dos investimentos governamentais (p. 48).

O novo governo intentava a reintrodução do mercado brasileiro ao capitalismo internacional, tendo em vista que o modelo de substituição de importações revelava-se obsoleto (XAVIER, 1990). Esse novo arranjo coincide com a fase em que se encontravam as economias centrais: a busca por novos mercados, que a autora entende como a reprodução ampliada do capital.

A indústria nacional foi direcionada à produção de bens de consumo duráveis, sendo produto da demanda interna. Apesar dos esforços para a ampliação desse setor, esse não condizia com a realidade do setor de bens de produção, engendrando a necessidade de importá-los das economias centrais. Além dessa fragilidade do sistema produtivo, os investimentos em infraestrutura também se revelavam insuficientes, isso fez com que o governo Kubitschek buscasse recursos junto ao capital estrangeiro, deixando evidente nossa economia dependente (XAVIER, 1990).

De acordo com Cardoso (1977), durante o governo JK “A industrialização, o fortalecimento do mercado interno, a diversificação da pauta de exportação passam a ser vistos como os mecanismos de superação do subdesenvolvimento e, assim, o grande objetivo a atingir” (p. 106), para tanto, esse governo partia do pressuposto de que a “[...] cooperação internacional que ajuda a promover o desenvolvimento não interfere na soberania do país ao qual se dirige, mas ao contrário contribui positivamente para que ele a alcance.” (p. 106).

Apesar da valorização da soberania, a abertura ao capital estrangeiro custou a perda do controle sobre a indústria do país. Devido às condições desfavoráveis, empresas locais passaram a associar-se a empresas estrangeiras a fim de garantir sua sobrevivência. Isso fez com que lutas do segmento industrial contra o capital estrangeiro se tornassem isoladas, pois não refletiam uma posição de classe (XAVIER, 1990).

Na análise de Leher (1998), durante o governo JK valorizou-se a ideologia do desenvolvimento considerada como “[...] uma ideologia dominante produzida com o objetivo histórico de manejar as tensões sociais decorrentes da pobreza que, conforme salientavam os teóricos do Departamento de Estado, é a mãe do comunismo pois o subdesenvolvimento sem algum desenvolvimento gera instabilidade.” (p. 51).

A articulação com o capitalismo internacional até trouxe resultados para a produtividade, mas os lucros se concentravam majoritariamente na economia externa. Além disso, a crescente modernização tecnológica, fruto dessa internacionalização das empresas, reduziu a capacidade de absorção de mão de obra do setor industrial, criando um subproletariado marginal urbano (XAVIER, 1990).

No período instaurado pela ditadura empresarial-militar (1964-1985), a indústria passou por uma nova fase de expansão. Aos tradicionais produtos de exportação, que consistem basicamente em matéria-prima, ou *commodities*, são agregados também produtos industrializados, porém de baixa complexidade. O novo investimento é explicado por Deitos (2006) utilizando-se de Singer (1984):

Isso significa, antes de mais nada, que o Brasil deixa de se rebelar contra a posição que lhe designa o capital mundial na divisão internacional de trabalho, passando a procurar suas oportunidades de desenvolvimento dentro desta divisão, em harmonia com a tendência à integração internacional das economias nacionais que domina o período pós-guerra pelo menos até 1974 (SINGER, 1984, p. 23 apud DEITOS, 2006, p. 70).

Entre 1967 e 1973 a economia apresentou níveis exponenciais de crescimento sem precedentes, isso fez com que o período ficasse popularmente conhecido como o “milagre econômico” ou “milagre brasileiro”. O feito da economia brasileira inspirou o governo a traçar um ambicioso projeto: o “Brasil Potência”, que objetivava converter o país em uma potência econômica mundial. Essa aspiração logo se mostrou inviável e em 1974 já começava uma desaceleração dessa fase<sup>26</sup> (DEITOS, 2006).

---

<sup>26</sup> Deitos (2006) salienta que um dos impasses que comprometeu a expansão suficientemente rápida no campo da produção foi a falta de recursos humanos qualificados, ainda, que esse obstáculo viria a se repercutir a longo prazo, sob os novos processos de produção.

Na década de 1970, com o início da reestruturação produtiva, a economia mundial já apresentava mudanças visíveis, contudo, o Brasil, ainda 1980, estava distante do processo de reestruturação produtiva. Somente uma década depois, com as políticas de abertura comercial e financeira, é que o país iniciou um intenso processo de reestruturação, o que acarretou mudanças no processo produtivo, na gestão e na organização do trabalho e, por conseguinte, na estrutura social.

A retomada aos princípios liberais, com o neoliberalismo, demarcou o processo de reformas no país, atingindo o Estado e as práticas e instituições relacionadas a ele, podendo ser contemplado no Plano diretor da reforma do aparelho do Estado de 1995<sup>27</sup>. Paulani (2006, p. 100) identifica essas reformas como uma forma de submissão das elites dos países periféricos aos imperativos da acumulação financeira e aos “acenos enganosos do discurso neoliberal”. De acordo com Leher (1998, p. 78), “[...] os argumentos neoliberais identificam a crise [do capitalismo] como um desdobramento dos obstáculos à livre iniciativa e à flexibilização de preços e salários impostos pelo welfare state”.

O movimento de reformulação do papel do Estado proposto pela ideologia neoliberal em substituição ao *Welfare State* “[...] indicou a incapacidade de o Estado reger direta e completamente o desenvolvimento” (ZANARDINI et al, 2020, p. 75). Como principais expoentes do neoliberalismo nesse período, temos os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2003).

Fiori (2002) indica que as ideias centrais do neoliberalismo implementadas por esses governos seguem sendo, como já apontamos aqui, as mesmas do liberalismo clássico: o menos de Estado e de política possível, valorização do mercado e da igualação de oportunidades. Para este autor há, entretanto, uma diferença no processo de implementação destes valores a partir da década de 1970: o papel que a academia ocupa em dar cientificidade aos preceitos liberais.

Leher (1998) chama atenção para a forma como as ideologias do neoliberalismo e da globalização tornaram-se hegemônicas neste contexto,

---

<sup>27</sup> O projeto foi dirigido por Luiz Carlos Bresser-Pereira enquanto Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso.

chamando atenção para a ideologia do pensamento único, para a qual a educação teria um papel preponderante. Leher (1998) destaca a importância da obra “O fim da História” de Fukuyama, que teria sido

“[...] a obra de referência da Era do mercado ou da globalização fornecendo uma teoria geral da história universal portadora de uma direcionalidade muito precisa: o mundo caminha inexoravelmente para a democracia liberal, o ponto máximo da sua evolução ideológica e o único sistema capaz de realizar plenamente os desejos da humanidade” (p. 78).

Para assegurar a materialização desse pensamento único, as ideologias do neoliberalismo e da globalização sustentaram o processo de reformas que atingiu diferentes aspectos das relações capitalistas de produção da existência.

Na esfera produtiva, o emprego de novas tecnologias e a reorganização da produção contribuíram para a elevação da produtividade, ao passo que, substituíram alguns postos de trabalho, refletindo em altas taxas de desemprego (ANTUNES, 2010).

Com o advento da indústria flexível, emerge a necessidade de uma nova cultura aos trabalhadores, essa cultura corresponde a um novo princípio educativo, isto é, um projeto pedagógico que contemple as transformações do capital. Desse modo, os governos iniciam esforços para integrar a cartilha neoliberal, com a promessa de estar em condições de competir no mercado globalizado<sup>28</sup>. Assim, as palavras de ordem, qualidade e competitividade, passam a integrar o espaço escolar (KUENZER, 1998).

De acordo com Leher (1998)<sup>29</sup>, nesse contexto de implementação do neoliberalismo dado a partir da década de 1970, teríamos a substituição da ideologia do desenvolvimento pela ideologia da globalização.

O caminho escolhido para estabilizar a economia, decorrente aos efeitos da crise do capital, fez com que o país se submetesse ainda mais aos ditames do capital, via poupança externa. Assim, as estratégias para retomada do desenvolvimento foram fracassadas, bem como, os planos de estabilização

---

<sup>28</sup> É importante salientar que essa adesão à agenda neoliberal não é algo espontâneo, mas resultante da vulnerabilidade dos países periféricos em relação aos países desenvolvidos e agências multilaterais (FMI e Banco Mundial), em decorrência dos financiamentos externos (MATTEI, 2013).

<sup>29</sup> Leher (1998), assim como Cardoso (1977), partem do pressuposto de que o desenvolvimento é uma ideologia.

macroeconômica (MATTEI, 2013). Para Mercadante Oliva (2010, p. 251), a ofensiva neoliberal

[...] traduziu-se em abertura comercial e financeira indiscriminada, privatização de empresas públicas estratégicas, internacionalização do sistema financeiro, redução drástica da capacidade de investimento e regulação econômica, sucateamento da infraestrutura e dos serviços sociais básicos, além da combinação perversa de altas taxas de juros com sobrevalorização cambial e ajuste fiscal.

De maneira interessante, no auge das reformas neoliberais, o projeto do capital parecia tomar outro curso com a posse de governos reconhecidos por seu caráter mais social, como o governo de Luiz Inácio Lula da Silva – LULA (2003-2011); implementa-se o novo desenvolvimentismo como orientação política e econômica do país. Apesar de essa pauta render opiniões controversas quanto a ruptura ou não com o projeto neoliberal, é preciso compreender qual é o papel da ideologia novo desenvolvimentista<sup>30</sup> na etapa contemporânea do capitalismo dependente brasileiro (CASTELO, 2013).

Em primeiro lugar, é preciso considerar que o país passou a receber os efeitos de mais uma das crises periódicas do sistema capitalista, acrescido da crise do neoliberalismo na América Latina. Nesse contexto, vivencia-se uma nova reformulação do liberalismo para contornar a crise (ZANARDINI et al, 2020).

Nessa conjuntura, Bresser Pereira (2010) refere-se ao conjunto de reformas iniciadas no governo de Fernando Henrique Cardoso como uma reforma continuada e atualizada pelo governo Lula, pois segundo ele

[...] uma reforma desse tipo leva de 30 a 40 anos para poder ser julgada relativamente completa. Já não é mais apenas uma reforma de uma pessoa ou de um governo, mas uma reforma adotada e conduzida pela alta administração pública brasileira - uma reforma que começou no governo Fernando Henrique está sendo continuada e atualizada pelo governo Lula e os atuais governadores, e certamente terá prosseguimento independentemente de quem sejam seus sucessores (p. 174).

Essa nova reformulação do liberalismo, marcada pela retomada da intervenção e planejamento estatal, é incentivada e impulsionada pelo ex-ministro Bresser-Pereira. Trata-se da agenda do novo desenvolvimentismo, que propõe conciliar

---

<sup>30</sup> Alguns autores como Sampaio Jr. e Giovani Alves utilizam o termo “neodesenvolvimentismo”.

[...] aspectos “positivos” do neoliberalismo – compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital – com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo – comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social (SAMPAIO JR, 2012, p. 679).

Na perspectiva da esquerda política, enunciada na tese<sup>31</sup> de Aloizio Mercadante Oliva<sup>32</sup>, o governo Lula promoveu mudanças ao padrão histórico de desenvolvimento brasileiro – excludente e concentrador de renda –, caminhando para um novo desenvolvimentismo. O autor refere-se a um modelo de desenvolvimento que buscou combinar estabilidade econômica com crescimento acelerado, distribuição de renda, inclusão social e promoção da cidadania. Dessa forma, as políticas públicas de enfrentamento à questão social constituem um dos eixos estruturantes do desenvolvimento econômico.

Apesar de indicar uma retomada aos princípios ideológicos do nacional desenvolvimentismo de forma atualizada, Gonçalves (1998) compreende o novo desenvolvimentismo brasileiro como um “desenvolvimentismo às avessas”, por não apresentar transformações estruturais que caracterizam o projeto desenvolvimentista. Ao contrário,

O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (GONÇALVES, 2012, p. 638).

No que tange ao fomento à indústria nacional, Alves (2017) pondera que em dez anos de governo novo desenvolvimentista – creditando a gestão de Henrique Meireles no Ministério da Fazenda no primeiro mandato do governo Lula (2003–2006) –, o Brasil tornou-se uma economia desindustrializada<sup>33</sup>, com

---

<sup>31</sup> A tese intitulada “As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010)”, foi defendida em 2010, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

<sup>32</sup> Foi um dos coordenadores dos programas de governo de Luiz Inácio Lula da Silva em todas as suas disputas eleitorais e Senador da República nos dois mandatos do governo Lula.

<sup>33</sup> Ferreti (2019) considera os processos de desindustrialização também como uma das implicações do neoliberalismo.

uma pauta exportadora baseada em *commodities* (agronegócio, mineração e petróleo).

Apesar do legado social do novo desenvolvimentismo, Gonçalves (2012) salienta que esse modelo de desenvolvimento incorpora muitos elementos que estão presentes na concepção liberal. Não haveria então um rompimento com a lógica neoliberal, mas uma resposta à crise conjuntural vivenciada pelo capitalismo em meados dos anos 1990 (CASTELO, 2013).

Tendo em vista as contradições oriundas do mercado, as classes dominantes globais elaboraram uma agenda social junto ao projeto neoliberal, buscando administrar as tensões sociais e políticas. Neste contexto, o Estado é chamado a intervir na “questão social”, como a pobreza, doenças, escolarização e meio ambiente, que na atualidade constituem as “Metas do Milênio”<sup>34</sup>(CASTELO, 2013).

Compreende-se então, que apesar de o novo desenvolvimentismo apresentar-se como uma alternativa ao projeto neoliberal nessa fase do capital, a adoção de um Estado intervencionista na economia e nas políticas sociais se constitui como uma força auxiliar essencial no socorro ao capitalismo dependente brasileiro (CASTELO, 2013).

Essa estratégia de conciliação de classe, fundamentada em um profundo pragmatismo político, garantiu a preservação da esquerda política no poder, elegendo Dilma Rousseff à Presidência da República em 2010. No entanto, os lastros da crise capitalista intensificada no ano de 2008 nas economias capitalistas centrais (EUA, União Europeia e Japão) atingiram os países capitalistas ditos emergentes, alterando sua conjuntura econômica, principalmente após a última metade dos anos 2010. A crise, por sua vez, revelaria os limites estruturais do novo desenvolvimentismo brasileiro (ALVES, 2017).

Alves (2017) salienta que a crise impulsionou o capital financeiro e as políticas neoliberais nos países afetados pelo rombo orçamentário,

---

<sup>34</sup> As Metas do Milênio, também conhecidas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, compreendem uma parceria global construída pela Organização das Nações Unidas – ONU em conjunto com líderes mundiais e declarada pela ONU no ano 2000, em prol da redução da pobreza extrema, definindo 8 metas a serem atingidas até o ano de 2015. As Metas do Milênio passaram por uma reformulação no ano de 2015 e passaram a integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, que incluem à agenda objetivos para a promoção da proteção ao meio ambiente, aumentando de 8 para 17 metas (ONU BRASIL, on-line).

demonstrando “[...] que o capital financeiro possui capacidade política para dobrar governos – inclusive governos socialistas” (p. 120). Ainda que indiretamente, o Brasil foi afetado por essas políticas, isso pode ser observado não apenas em termos políticos e econômicos, mas na mudança de postura da burguesia brasileira, “o núcleo duro”, que “[...] decidiu não mais querer o PT no governo” (p. 120).

Assim, a partir do ano de 2013, começou a corrosão e o rompimento da base de sustentação política do governo do PT no Congresso Nacional. De acordo com Alves (2017), a orquestra do “golpe” ocorreu pouco a pouco, e contou até mesmo com a reeleição de Dilma Rousseff à Presidência da República; a direita ideológica neoliberal conquistou a sociedade civil – com ajuda do poder midiático –, a sociedade política e o aparelho do Estado, concretizando o golpe jurídico-midiático-parlamentar em 31 de agosto de 2016, com o impeachment de Dilma; assumindo o cargo, o então Vice-Presidente Michel Temer.

Em sequência, na seção seguinte, buscaremos compreender como a educação, em especial a formação de trabalhadores, se insere nesse contexto de desenvolvimento das forças produtivas e do avanço do capitalismo no Brasil e qual a sua importância no cenário do desenvolvimento, atentando-se aos sujeitos sociais da política educacional brasileira contemporânea.

### 1.3 PROJETOS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

A educação, historicamente, está relacionada ao trabalho e às mudanças na forma de produção da existência. O ato de educar-se está intimamente ligado à evolução do homem por meio do trabalho. Assim, compreender a dinâmica da educação e os processos de formação humana implica em relacioná-la com o mundo do trabalho.

Sob o modo de produção capitalista, o trabalho humano constitui-se como o motor desse sistema. Por intermédio do controle deste, que constitui as forças produtivas, se faz possível a existência do valor do capital (KUENZER, 2006). Dessa forma, ao considerar o capital enquanto um processo, e que,

portanto está em constante mudança, buscando meios para sua manutenção e reprodução na sociedade, o controle sobre a força de trabalho e, por sua vez, os processos de trabalho, são reformulados “[...] sempre na perspectiva do aumento da produtividade e da reprodução do capital numa escala sempre ampliada” (DEITOS, 2006, p. 114).

A educação, articulada tal como está a esse processo, reverbera as mudanças do capital. Ou seja, as metamorfoses do sistema capitalista engendram mudanças no mundo do trabalho e, por conseguinte, no campo da educação, pois é requerido que a força de trabalho adquira conhecimentos e habilidades necessárias para que seja efetiva, consumando-se em mais-valia (KUENZER, 2006).

A educação formal, por sua vez, constitui uma política de Estado. Tendo em vista um Estado que emerge das relações capitalistas, e que é constantemente reformulado para atender as demandas do sistema ao qual está articulado, a definição das políticas públicas para a educação deve orientar-se às demandas deste sistema. Contudo, é preciso considerar que os processos educativos ou de formação humana são marcados “[...] por concepções conflitantes e, sobretudo, antagônicas.” (FRIGOTTO, 1996, p. 29), constituindo um campo social em disputa.

Para os grupos sociais que constituem a classe trabalhadora, a educação é, antes de mais nada, desenvolvimento das potencialidades e apropriação do “saber social”, que

[...] diz respeito ao desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas, lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico (FRIGOTTO, 1996, p.31-32).

À medida que, para as

[...] classes dominantes, historicamente, a educação, dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital (FRIGOTTO, 1996, p. 26).

Partindo do princípio da sociedade organizada nos moldes capitalistas, em que as classes proprietárias da terra, das fábricas, dos bancos, articulam um bloco dominante que tem a direção política da sociedade (FALEIROS, 1997), observamos, a partir de um prisma histórico, que o Brasil vem absorvendo as metamorfoses do modo de produção na construção de políticas de qualificação de trabalhadores, haja vista sua relação de dependência ao capital mundial.

O processo de emergência do capitalismo e de sua consolidação enquanto modo de produção hegemônico implica na subordinação dos trabalhadores aos interesses do capital, e, conseqüentemente, a reordenação do sistema de formação do trabalhador (DEITOS, 2006). No Brasil, o processo de industrialização e de consolidação das relações capitalistas de produção dava os primeiros passos quando a produção fabril já era generalizada na Europa, encontrando, por sua vez, deficiências na infraestrutura, mercado consumidor deficitário, além de uma mão de obra nativa deficiente e muitas vezes precária e incerta para a indústria nascente (PRADO JUNIOR, 1981).

Na época, as iniciativas para a aprendizagem de ofícios, tanto por parte do Estado como da sociedade civil, tinham caráter assistencialista e paliativo, além de não atingirem um grande contingente populacional; pelo contrário, eram ações bem direcionadas<sup>35</sup>. A educação como um direito de todos os brasileiros só veio a ser afirmada algumas décadas depois – década de 1930 –, visto que a educação popular não cumpria função naquele momento.

Com o incentivo a industrialização nas primeiras décadas do século XX, o ensino dos ofícios industriais e manufatureiros passou a ser visto como um fator de integração à nova ordem que se estabelecia, além de ser um meio de formação da força de trabalho manufatureira e industrial. A atuação do Estado no financiamento do processo de industrialização pareceu

[...] refletir a tendência do empresariado brasileiro em atribuir ao Estado o papel de implementador da infraestrutura necessária ao avanço do processo de industrialização, além de esperar que o

---

<sup>35</sup> Por um longo tempo, as iniciativas na área do ensino profissional no Brasil eram voltadas para os abandonados, os desamparados, e os desvalidos. “Essa postura tem por origem a repulsa do homem livre ao trabalho manual, advinda da identificação desse trabalho com a condição de escravo, e a preocupação dos dirigentes da época em conter o número de “vadios” e “desocupados”, diante do aumento da população urbana nas cidades.” (DEITOS, 2006, p. 18).

Estado adote medidas que gerem externalidades positivas para os investidores, como é o caso das ações voltadas para a qualificação de trabalhadores para a produção industrial (DEITOS, 2006, p. 24).

Na perspectiva de atender as novas exigências econômicas, políticas e sociais, a educação tornou-se objeto de interesse e passou por uma série de reformas. A educação profissional, por sua vez, foi palco de intensas mudanças na sua configuração, recebendo uma legislação própria (Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942). Cabe destacar que a organização do sistema educacional tinha caráter dual, onde um segmento estava destinado as “classes menos favorecidas” e o outro destinado à classe formada pelas “individualidades condutoras”, “[...] ambos destinados a reproduzir as situações preexistentes.” (CUNHA, 1978, p. 237).

Por outro lado, e em complemento ao ensino pré-vocacional e profissional, o ensino secundário, segundo a Lei Orgânica de 1942, teria como finalidade fundamental a formação da personalidade do adolescente, adaptando o ser humano às exigências da sociedade (CAPANEMA, 1942). Essa concepção de ensino secundário “formatador de comportamentos”, aliado a uma formação técnica, reforça a ideia de controle sobre a força de trabalho, e é claro, imprime os ideais da época, isto é, a formação da consciência patriótica.

As mudanças no sistema de ensino público de formação profissional são acompanhadas pela criação de agências privadas de aprendizagem, constituindo um sistema público e um sistema privado de formação profissional e qualificação de trabalhadores (DEITOS, 2006, p. 26). Como por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem, neste caso, numa espécie de relação público-privada, na qual a formação profissional é administrada e executada por uma instituição privada e fomentada pelo Estado, a partir da arrecadação de tributos das empresas.

Pouco tempo após a criação deste importante meio de formação da força de trabalho industrial – SENAI, em julho de 1942 é promulgado o Decreto-Lei 4.481, que obrigava os industriais a manter alunos nos cursos ofertados, estabelecendo quota mínima de 5% de aprendizes em relação ao número de trabalhadores qualificados, além do envio de 3% de menores do

total de trabalhadores de todos os ofícios, devendo estes serem matriculados nos cursos do SENAI.

Deitos (2006) relaciona estes desdobramentos às consequências da Segunda Guerra Mundial sobre a indústria brasileira. De acordo com a autora, “A Guerra trouxe com ela a dificuldade de importação de determinadas matérias-primas industriais, combustíveis e equipamentos e, ao mesmo tempo, criou oportunidades de exportação para outros, como os têxteis.” (DEITOS, 2006, p. 34). Com a intensificação da produção industrial, foi necessária a incorporação de maiores contingentes de trabalhadores, bem como, houve o aumento da procura por operários qualificados. Assim, criaram-se novas demandas de formação profissional, as quais o antigo sistema de ensino vigente não era capaz de atender.

Em contrapartida, cabe salientar que

O SENAI, enquanto uma entidade organizada e dirigida por industriais não tinha o compromisso de propiciar a formação integral do trabalhador, nem mesmo a formação de artífices com amplo conhecimento de sua profissão, o que demandaria maior tempo e maiores recursos. Para os industriais interessava habilitar o trabalhador para que exercesse a função que lhe caberia no processo produtivo (DEITOS, 2006, p. 35).

Mas, por ora, teria representado uma saída para suprir uma lacuna na formação profissional, a qual o sistema regular de ensino ainda não tinha sido capaz de preencher (DEITOS, 2006).

Outra forma de atuação do Estado na provisão de políticas públicas de qualificação de trabalhadores ocorre mediante a instituição de Programas de formação profissional. De abrangência geral ou focalizada em determinados setores de atividade econômica, esses Programas configuram a atuação do Estado no atendimento de demandas específicas por qualificação de trabalhadores. Deitos (2006) explicita alguns destes Programas:

- I. Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Industrial – PIPMO (1963-1982): era destinado a treinar operários já empregados, adequando-os aos requisitos de atuação decorrente das novas tecnologias importadas;

- II. Programa de Capacitação de Recursos Humanos Para Atividades Estratégicas – Programa RHAE (em vigor desde 1987): tem por objetivo melhorar a competitividade do setor produtivo mediante a capacitação de recursos humanos;
- III. Programa de Educação para a Competitividade – PROEDUC (1993-1999): tinha por foco o desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalhador através da educação básica e de conteúdos gerais;
- IV. Programa de Reciclagem Profissional (1994-1996): serviu de piloto ao Programa Nacional de Educação Profissional – PLANFOR;
- V. PLANFOR (1996-2003): tinha por objetivo mobilizar e articular as ações em educação profissional no país, numa política nacional integrada ao sistema público de emprego e renda.

O período que transcorre a criação destes Programas, bem como, a consolidação da CNI e de seu aparelho de (con)formação dos trabalhadores, é acompanhado por profundas mudanças no modo de produção, em que se transita para o regime de acumulação flexível. Esta reestruturação produtiva incide sobre a organização do trabalho, tal qual está relacionado à reprodução do capital, no entanto, esse processo não ocorre apenas por “[...] razões de ordem econômica, mas, também, pelas de ordem político-ideológica, determinou mudanças expressivas na configuração dos trabalhadores e de sua classe em nível mundial.” (FERRETI, 2019, p. 62).

A partir destas novas bases materiais de produção, são estabelecidas novas formas de relações sociais, “[...] que, embora não superem a divisão social e técnica do trabalho, apresentam novas características” (KUENZER, 2003, p. 34). Assim, são estabelecidas as novas formas de trabalho, ciência e cultura,

[...] a partir das quais constitui-se historicamente um novo princípio educativo, ou seja, um novo projeto pedagógico por meio do qual a sociedade pretende formar os intelectuais/trabalhadores, os cidadãos/produtores para atender às novas demandas postas pela globalização da economia e pela reestruturação produtiva. (KUENZER, 2003, p. 34).

Tendo em vista o papel desempenhado pelo trabalhador no sistema produtivo e os novos requerimentos a esta classe, em decorrência das

transformações na base produtiva, “[...] seria necessário ao trabalhador desenvolver habilidades e adquirir conhecimentos que lhe permitissem interagir, tanto com as novas tecnologias, quanto com os colegas de trabalho, dentro dos novos modelos de organização do processo de trabalho que estavam sendo implementados pelas empresas.” (DEITOS, 2006, p. 137). Nesse contexto, privilegia-se do desenvolvimento de habilidades e competências em detrimento à qualificação do trabalhador. Melo (2010) argumenta que esse processo repercute em um aumento significativo de trabalhadores sem qualificação.

A partir da nova gestão, no ano de 2003, começam a serem gestadas novas políticas para a Educação Profissional:

- I. Plano Nacional de Qualificação – PNQ (2003-2007): constitui um instrumento no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – SINE, deverá ser voltado para a integração das políticas públicas de qualificação social e profissional e articulação das políticas públicas e privadas no território e/ou setor produtivo no Brasil (MTE, 2012).
- II. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Médio Técnico e Emprego – PRONATEC: o Programa prevê ações voltadas à ampliação das redes federais e estaduais de educação técnica e tecnológica, incentivo à expansão da rede de escolas técnicas ligadas ao Sistema “S”, e a criação de um Fundo de Financiamento Estudantil, para que estudantes e trabalhadores possam financiar a formação profissional (MEC, online).

Para Faria (2015), essa sequência de Programas criados, que perpassam governos, com arranjos pontuais em que o setor privado tem algum tipo de intervenção, demonstram a resistência de se investir em políticas públicas de caráter duradouro.

A partir da perspectiva apresentada, do desenvolvimento de habilidades e competência, tem-se um importante avanço nesse sentido. Uma das últimas políticas gestadas para a educação foi a criação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC no ano de 2017, um documento de caráter normativo que estabelece as habilidades e competências que dever servir de referência para todos os alunos (MEC, online).

Ainda, como uma política pública da atualidade que corrobora para os princípios da acumulação flexível e formação profissional, o Novo Ensino Médio, que estabelece mudanças na estrutura do Ensino Médio a partir da Lei nº 13.415/2017. A proposta é de ampliar o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple a BNCC e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. Além da garantia da oferta de educação de qualidade, a reforma propõe aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (MEC, online).

As políticas para a educação supracitadas refletem diretamente sobre a organização da escola pública, diferente das políticas para formação profissional, que são mais focalizadas e por vezes estabelecidas na relação público-privado. Como enuncia o Ministério da Educação, para além das complexidades da vida em sociedade, é necessário que as escolas se adequem as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho; visto que, mudanças na infraestrutura da produção repercutem no pensamento pedagógico (MELO, 2010).

Nesse sentido, é possível observar como o Estado “absorve” as demandas do sistema produtivo como sendo uma necessidade coletiva. Assim, compreendemos que a classe proprietária, que detém os meios de produção e disputa o controle do Estado, tem seu projeto societário articulado, bem como, tem caminhado para a sua hegemonia, inclusive nas políticas públicas de educação. Portanto, cabe-nos pensar, quem tem definido os rumos da educação brasileira?

## 2 A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NO CENÁRIO NACIONAL

Apreender a atuação da Confederação Nacional da Indústria na proposição de políticas públicas, em especial as políticas educacionais, requer a compreensão desse importante órgão de representação da burguesia industrial brasileira. Nesse capítulo, percorreremos a construção histórica e política da Confederação Nacional da Indústria, bem como, sua articulação com a formação humana e a formação profissional.

### 2.1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a produção industrial no Brasil era ainda embrionária e a economia era essencialmente agrário-exportadora. De acordo com Melo (2010), Getúlio Vargas representava uma ideia mais avançada de sociedade, rompeu com a cultura oligárquica vinculada à terra e o país passou a se encaminhar para uma sociedade industrial e urbanizada (MELO, 2010).

Cabe ressaltar que o processo de industrialização constitui, primeiramente, um projeto do Estado, dado que a burguesia nacional não apresentava uma capacidade empreendedora para desenvolver projetos de desenvolvimento econômico, sobretudo a consolidação da economia industrial<sup>36</sup> (RODRIGUES, 1997).

Dessa forma, assim como a instalação do processo de industrialização, a organização da burguesia industrial esteve fortemente relacionada ao exercício do Estado. Até então existiam algumas organizações patronais, mas as divergências setoriais eram um impeditivo para a construção de uma instituição de ampla representatividade (RODRIGUES, 1997). Nesse cenário, as organizações paulistas eram protagonistas nas decisões relativas a indústria.

---

<sup>36</sup> A fragilidade social da burguesia industrial brasileira decorre das condições em que foi gestada, essa nasce impulsionada pela economia cafeeira, criando vínculos econômicos com o grupo latifundiário, além disso, a dependência em relação ao capital estrangeiro fez com que o fortalecimento da classe, assim como a autonomia relativa da economia nacional fosse dificultada (XAVIER, 1990).

A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN, criada em 1827, foi a primeira associação civil com intuito de organizar as atividades do setor industrial. Com o passar dos anos, diante das dificuldades encontradas, a SAIN transformou-se em Centro Industrial do Brasil – CIB (1904), com aspirações a uma representatividade nacional, o que não se concretizou na prática<sup>37</sup>.

O empreendimento de medidas regulatórias às relações de trabalho, que fundaram o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi fundamental para a organização da burguesia industrial, embora houvesse certa resistência por parte dessa classe, que não almejava uma sindicalização tutelada por um Estado autoritário. No entanto, isso não significava um divórcio entre o Estado e a burguesia industrial (RODRIGUES, 1997).

O primeiro desdobramento da sindicalização das classes patronais foi a mudança de nome do Centro Industrial do Brasil, que se transformou na Confederação Industrial do Brasil (1933), “[...] mantendo a mesma sigla, estrutura e sem rupturas com a entidade anterior.” (GUILMO, 2017, p. 15).

Devido a diversos acontecimentos políticos precedentes e a ascensão do governo autoritário de Vargas, as organizações sindicais tiveram de se adequar a legislação do Estado Novo. Assim, em 12 de agosto de 1938, a Confederação Industrial do Brasil encerrou suas atividades e deu lugar à Confederação Nacional da Indústria.

Spinace (2019) salienta que a forte união dos estados representados pela CIB foi importante para que alguns dos interesses da classe fossem assegurados na nova Constituição. Inclusive, a construção da CNI como esse importante órgão de representação da burguesia industrial brasileira<sup>38</sup> está historicamente ligada à esfera política, traduzindo a relação “Estado e burguesia”.

Em um breve resgate histórico da atuação política da burguesia industrial, Guilmo (2017) elucida as alianças empreendidas pelas lideranças industriais em diferentes momentos históricos, revelando uma classe flexível às diferentes agendas políticas. O autor destaca ainda, que

---

<sup>37</sup> A antiga organização tinha alcance apenas dos empresários sediados no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal (hoje município do Rio de Janeiro) (RODRIGUES, 1997).

<sup>38</sup> O papel hegemônico desempenhado pela CNI não significa que essa seja o único órgão de representação dos interesses da burguesia industrial, dada a existência de disputas entre segmentos da própria burguesia industrial (RODRIGUES, 1997).

[...] as lideranças industriais se sagravam para a presidência da CNI com projetos políticos semelhantes ao poder executivo. E quando se alterava a conjuntura e outro projeto político se tornava hegemônico na sociedade, a presidência da CNI também se alterava (p. 19).

Para Rodrigues (1997), apesar da resistência inicial expressa pelos industriais mediante a sindicalização compulsória, burguesia industrial e Estado autoritário eram aliados quando se tratava do objetivo de industrializar o país.

Inicialmente, a CNI cumpria apenas o número mínimo de federações para ser reconhecida pelo governo federal, filiando a Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (atual município do Rio de Janeiro), a Federação das Indústrias Paulistas, a Federação das Indústrias de Minas Gerais e a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul. Ao longo de mais de 80 anos de história, a CNI se consolidou no território brasileiro, alcançando o objetivo de ser o mais importante órgão coletivo de representação da burguesia industrial de ordem nacional, agrupando 27 federações e aproximadamente 1.250 sindicatos<sup>39</sup>; tornando-se interlocutora tanto do poder Executivo como do Legislativo (RODRIGUES, 1997).

Para Rodrigues (1997, p. 74),

[...] a CNI constitui-se hoje no *moderno príncipe industrial* brasileiro, um complexo organismo que se constrói com o fim de corporificar uma vontade coletiva, no caso, a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial.

Ao longo desses anos, o escopo e o leque de ações da CNI se tornam bastante abrangentes, atuando da formação profissional à saúde e ao lazer dos trabalhadores brasileiros. A articulação com o Estado, como supracitado, foi significativa nesse sentido.

Para a compreensão desse organismo de classe e sua ação junto à sociedade na atualidade, percorreremos seu desenvolvimento histórico e sua articulação com o Estado, principalmente no que se refere ao processo de industrialização no Brasil e a formação humana. Pois, como afirmara Melo (2010, p. 43), “A evolução histórica da CNI desde a década de 1930 articula-se à compreensão da evolução da sociedade brasileira”.

---

<sup>39</sup> Informações acessadas a partir do Portal da Indústria, disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sindicatos-por-estado/>.

Melo (2010), em recuperação a obra de Rodrigues (1998)<sup>40</sup>, apresenta as três fases do desenvolvimento desse imponente organismo. A primeira fase, nominada “A CNI na aventura industrial”, corresponde ao período de 1938 a 1967, caracterizando-se pela busca da popularização da indústria nacional, pois acreditava-se que a saída para o desenvolvimento passava necessariamente pela industrialização. A segunda fase, da “CNI industrialista”, compreende o período entre 1967 a 1977, em que se objetivou superar a fase da substituição de importações apostando na modernização da indústria nacional para uma inserção competitiva no mercado. E, a terceira fase, da “CNI competitivista”, iniciada a partir da década de 1980, é caracterizada por sua reestruturação visando adaptar-se as mudanças correntes, assim, intensifica-se a mediação da instituição com a sociedade a partir da construção de documentos acerca do posicionamento da indústria.

Para Melo (2010, p. 43), “Trata-se, em cada uma das fases da CNI, da formulação de um projeto de sociedade, cujo fundamento é justamente a infraestrutura econômica, que determina em última análise a totalidade da sociedade”.

A partir dessa periodização, adentraremos as particularidades de cada fase do desenvolvimento da Confederação Nacional da Indústria nas seções que seguem.

### 2.1.1 CNI: A PRIMEIRA FASE

A primeira fase corresponde ao período inaugural da CNI, quando o Estado estava empenhado no processo industrial, assim como à formação da força de trabalho para a indústria, em razão da cultura pré-industrial do país. Em concordância, o Presidente da CNI, Euvaldo Lodi<sup>41</sup>, nome importante nessa primeira fase, defendia a forte intervenção do Estado no caminho da industrialização, pois compreendia que essa era a melhor via para alcançar o desenvolvimento do país.

---

<sup>40</sup> “O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria”, livro produzido a partir da tese publicada em 1997.

<sup>41</sup> Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen – Presidente e Vice-Presidente, respectivamente –, foram eleitos no ato de fundação da CNI (RODRIGUES, 1997).

Para Lodi, o Estado assumiria a defesa da indústria brasileira, agindo como estruturador e planejador do desenvolvimento industrial desejado, o qual não ocorreria caso deixado à mercê do mercado. (MELO, 2010, p. 46).

Para o Presidente da CNI, a indústria promovia, em última instância, o bem-estar coletivo. Dessa forma, a indústria integrava o trinômio desenvolvimento-industrialização-civilização, que “[...] visou operar, dessa forma, a identificação entre os interesses da burguesia industrial e os interesses de toda a sociedade brasileira.” (RODRIGUES, 2007, p. 171). Ainda, na declaração de Lodi, “o interesse industrial identifica-se com o interesse geral do país” (LODI, 1952, p. 13 apud RODRIGUES, 2007, p. 171).

No decorrer da primeira e da segunda fase do desenvolvimento da CNI, declarações/discursos de seus respectivos presidentes são recorrentes, pois constituem a principal forma de mediação da classe burguesa industrial com a sociedade civil e os governos (MELO, 2010).

Seguindo esses apontamentos iniciais, nos ateremos à construção da Confederação Nacional da Indústria, às características dessa fase inaugural e às frentes nas quais tem atuado desde a sua fundação.

Já no primeiro ano da instituição, é encaminhado a CNI e outras organizações patronais o primeiro anteprojeto referente à aprendizagem industrial de adolescentes trabalhadores, de autoria do Ministério da Educação. As escolas, que seriam direcionadas aos filhos de operários industriais sindicalizados, seriam mantidas com recursos de imposto sindical em uma administração conjunta, entre os sindicatos dos empregadores e os Ministérios de Educação e do Trabalho (RODRIGUES, 1997).

O anteprojeto estava em cumprimento ao Artigo 129 da Constituição de 1937:

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 1937, s/p).

Um segundo anteprojeto foi elaborado pelo Ministério da Educação, agora referente a criação de escolas pré-vocacionais destinadas aos menores não-trabalhadores, de 11 a 14 anos de idade, filhos ou irmãos de operários

sindicalizados, ficando sob a responsabilidade dos sindicatos dos empregados. Quanto aos recursos e administração, esses eram semelhantes ao primeiro anteprojeto (CUNHA, 1982).

O processo de reorganização do “sistema” brasileiro de formação profissional para indústria tinha inspirações no sistema de educação profissional alemão. Na Alemanha nazista, a formação profissional de todos os jovens do sexo masculino que trabalhavam na indústria era obrigatória. A experiência alemã acabou por tornar-se referência para países industrializados como a França, inspirando intelectuais brasileiros próximos ao Ministro da Educação da época, Gustavo Capanema (WEINSTEIN, 2000).

O anteprojeto encaminhado foi recebido com resistência passiva por parte da CNI, que simplesmente não respondeu à consulta ministerial. Os industriais se opunham ao anteprojeto em razão da obrigatoriedade do pagamento de salários aos aprendizes e mestres e as receitas referentes à instalação e operação de oficinas, mas devido a crescente dependência dos favores governamentais, a classe não se encorajava a uma resistência ativa a proposta. Cunha (1982) argumenta que os industriais não tinham clareza de como o anteprojeto estaria em acordo com seus próprios interesses em longo prazo, e que, provavelmente, isso se devia “a formação recente do capital industrial”, que ainda não havia “propiciado, aos industriais, uma visão dos seus interesses coletivos mediatos” (CUNHA, 1982, p. 451).

Como resposta a omissão dos industriais, em maio de 1939 o Governo Federal decretou a obrigatoriedade de as empresas manterem cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e menores (Decreto-lei n. 1.238). Até que fossem estabelecidas as responsabilidades legais, da sustentação financeira, da organização e administração das escolas de aprendizagem para industriários e de ensino de continuação e aperfeiçoamento para trabalhadores da indústria, foi um longo caminho.

As sucessivas mudanças até que se chegasse a um texto definitivo revelaram, segundo Cunha (1982), uma disputa no interior do aparelho de Estado, entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, pelo controle da Educação Profissional no país.

Todo esse “processo legislativo” deu origem ao Decreto-lei n. 4048, criando o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários em janeiro de

1942. O SENAI, que no final daquele ano passou a ser denominado “Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial” (estabelecido pelo Decreto-lei n. 4.936), teria por finalidade “organizar e administrar, em todo o país, escolas de aprendizagem para industriários”, bem como, o “ensino de continuação e do aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos à aprendizagem” (BRASIL, 1942).

Ao contrário do que propunha a proposta inicial, o Decreto outorgou a organização e a direção das escolas de aprendizagem para industriários à CNI. Isso porque, apesar da resistência ao anteprojeto, as lideranças industriais reconheceram a necessidade de expandir a formação profissional, e era preferível para os industriais, assumir parte da responsabilidade pela formação profissional, e assim, ter certo controle sobre o processo (WEINSTEIN, 2000). Logo, “[...] os industriais passaram da resistência passiva para a cooperação pronta.” (CUNHA, 1982, p. 454). Esse posicionamento foi importante para que várias das reivindicações dos industriais fossem incorporadas a proposta até chegar ao texto final, em favor da CNI.

Assim, a burguesia industrial assumiu o controle do “[...] que se tornaria a mais importante e massiva ação educativa no campo profissional.” (RODRIGUES, 1997, p. 28).

Rodrigues (1997) reconhece que a criação do SENAI foi um importante passo para a modernização da força de trabalho industrial, em especial a qualificação profissional. No entanto, Weinstein (2000) pondera que o sucesso dos industriais no controle do processo “legislativo” e a vitória na direção do programa de formação profissional corroboraram para que esse estivesse perfeitamente ajustado às necessidades e interesses da indústria; ficando o Ministério da Educação à margem do novo sistema de aprendizagem.

Desde sua fundação, o SENAI expandiu seus limites de atuação, operando desde a iniciação profissional até a graduação e pós-graduação tecnológica. O SENAI hoje constitui um dos cinco maiores complexos de Educação Profissional do mundo e o maior da América Latina<sup>42</sup>, contando

---

<sup>42</sup> Os investimentos em Educação Profissional do SENAI e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC renderam ao Brasil o terceiro lugar na olimpíada mundial de ensino técnico sediada em Kazan, na Rússia, no ano de 2019 (FERREIRA, 2019).

com 541 unidades fixas e 452 unidades móveis em 1,6 mil municípios brasileiros<sup>43</sup>.

Formar trabalhadores nacionais especializados e semiespecializados para suprir a demanda da indústria não era o único obstáculo da fase industrialista. As estratégias políticas internas adotadas pelo governo Vargas após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados (1942) foram determinantes para o acirramento da luta de classes no país. As leis trabalhistas eram violadas com o pretexto de mobilização para a guerra, causando descontentamento aos trabalhadores. Diante disso, fazia-se necessário conter o movimento dos trabalhadores – o governo considerava greves e outras formas de protestos como atividades “antissociais” – e promover o ideário de paz social (WEINSTEIN, 2000).

Os industriais também demonstravam estar empenhados na promoção da paz social, em ir além da simples oferta de empregos, salários e qualificação profissional, mas é claro, sem que isso significasse um aumento direto ao salário do trabalhador. Assim, as condições de trabalho e a qualidade de vida do trabalhador entram em pauta (RODRIGUES, 1997). A política trabalhista do Estado Novo era oportuna para que os industriais se considerassem os paladinos da paz social, haja vista que o movimento trabalhista encontrava-se fragilizado, e “[...] os próprios sindicatos operários proclamavam publicamente a necessidade de cooperação e harmonia entre as classes” (WEINSTEIN, 2000, p. 121).

A estabilidade durou pouco tempo. O custo de vida aumentou significativamente durante a guerra, e nem mesmo o ajuste ao salário mínimo em 1943 foi capaz de minimizar a crescente dificuldade enfrentada pelos operários. Os líderes industriais preocupavam-se com o acirramento das greves operárias, temiam que os interesses industriais fossem ameaçados e o crescimento da indústria deixasse de ser fundamental para a segurança e prosperidade nacional. Houve várias tentativas para contê-las, tanto por parte do governo como por parte dos sindicatos industriais, mas a estratégia populista adotada no último ano do governo de Vargas permitiu muitas

---

<sup>43</sup> Informações acessadas a partir do Portal da Indústria, disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/>.

concessões aos operários, abrindo precedentes para numerosas greves, mobilizações políticas e protestos espontâneos (WEINSTEIN, 2000).

Os anos que se seguiram marcaram o fim da ditadura varguista. Contudo, “[...] a influência de Getúlio estava longe de chegar ao fim.” (RODRIGUES, 1997, p. 34). A proclamação da nova Carta Constituinte (1946), no governo Eurico Gaspar Dutra, não representou um rompimento com a antiga organização do Estado e o sistema corporativista foi mantido, assim como a tradição repressiva<sup>44</sup>. Logo, como resposta aos movimentos grevistas, a Constituição regulamentava a inviabilidade do exercício legal de greve (Decreto-lei 9.070).

É nesse contexto de acirramento das greves operárias e de repressão da luta de classes, que os maiores sindicatos patronais do país – destaca-se o protagonismo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP deliberaram pela combinação das várias “assistências” concedidas ao trabalhador em um órgão único e centralizado, criando a Fundação de Assistência ao Trabalhador. Essa Fundação, que também contava com a colaboração das federações operárias, tinha como objetivo proclamado a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e a cooperação entre as classes patronais e operárias. Apesar de toda a influência da FIESP, não houve uma adesão instantânea das corporações e firmas menores ao projeto, fazendo com que Roberto Simonsen, um dos fundadores da FIESP, recorresse ao Estado para que o projeto fosse reformulado com base nos moldes do SENAI (WEINSTEN, 2000).

A resposta do governo Dutra foi a criação de um serviço “[...] destinado a proporcionar assistência social e melhores condições de habitação, nutrição, higiene dos trabalhadores” (BRASIL, 1946). Então, em 25 de junho de 1946, é sancionado o Decreto-lei n. 9.043 de 1946, que dá vigor ao Serviço Social da Indústria, ficando sob a direção da Confederação Nacional da Indústria, ante a justificativa de que essa representava os interesses das atividades produtoras.

Portanto, conforme o Art. 1º do Decreto-lei n. 9.043/1946,

---

<sup>44</sup> Dutra disputou as eleições representando a coligação Partido Social Democrático – PSD e Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, que reunia lideranças ligadas ao Estado Novo e sindicatos aliados a Getúlio Vargas, respectivamente. A influência de Vargas foi determinante para que Dutra chegasse à presidência; o ex-presidente ainda foi eleito senador por dois estados e deputado federal em sete (RODRIGUES, 1997).

Fica atribuído à Confederação Nacional da Indústria encargo de criar o Serviço Social da Indústria (SESI), com a finalidade de estudar planejar e executar direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes.

Com a “bênção” do Estado, os industriais tinham a missão de proteger os operários do impacto da inflação e promover a "disciplina de classe", como sugere o discurso de Simonsen na cerimônia inaugural do SESI - São Paulo<sup>45</sup>. Para as lideranças industriais, o problema mais grave era o ressurgimento da militância operária e o combate às ameaças comunistas (WEINSTEIN, 2000).

Rodrigues (1997) compara a criação do Serviço Social da Indústria à construção do Estado de Bem-Estar Social em outros países, no entanto, destaca um aspecto fundamental no qual se diferenciam:

Ao invés de políticas sociais públicas coordenadas pelo Estado e destinadas ao conjunto da sociedade, o governo brasileiro cria o SESI e entrega-o à CNI com o fito de atingir (pequenas) parcelas da classe operária. (RODRIGUES, 1997, p. 39).

A assistência aos trabalhadores da indústria contemplava as áreas de educação, saúde, lazer e serviço social. De acordo com o Regulamento do Serviço Social da Indústria aprovado em 1965,

Art. 5º. São objetivos principais do SESI: (a) alfabetização do trabalhador e seus dependentes; (b) educação de base; (c) educação para a economia; (d) educação para a saúde (física, mental e emocional); (e) educação moral e cívica; (f) educação comunitária.

Desde a sua fundação o SESI espalhou-se por todo o país, atingindo um número cada vez maior de trabalhadores, operando em 533 unidades móveis, 615 unidades físicas, entre essas, 511 escolas e 114 unidades de vida saudável. Além disso, passou também a atender a área de Saúde e Segurança no Trabalho (CNI, 2020b).

Assim como o SENAI, os serviços ofertados pelo SESI são financiados, primariamente, com recursos oriundos do recolhimento compulsório de

---

<sup>45</sup> O texto do discurso foi republicado com o título “O Problema Social no Brasil”.

contribuições das empresas industriais pelos cofres públicos (RODRIGUES, 1997).

Para Melo (2010), as instituições SESI e SENAI, representam dois pilares da CNI, pois “Além de formar tecnicamente, é necessário “controlar” os trabalhadores e fazer com que tenham no trabalho e na luta pela sobrevivência o centro da sua vida.” (MELO, 2010, p. 48). Salaria ainda, que as “[...] características morais exigidas dos trabalhadores parece fator comum em momentos históricos em que é necessária a formação de uma massa de mão-de-obra não existente.” (MELO, 2010, p. 48).

Nesse sentido,

A montagem do aparelho SENAI-SESI buscou abarcar todas as facetas da formação humana da classe trabalhadora: da formação profissional à formação moral e cívica, da higiene à cultura, da “defesa do salário real” ao lazer, da educação pré-escolar à resolução dos problemas domésticos. (RODRIGUES, 1997, p. 39).

Assemelhando-se então a visão de Ford, apresentada por Harvey (2010), de que era necessário um novo sistema de reprodução da força de trabalho para atender as demandas do sistema produtivo.

Durante esse período a CNI cresceu em organização e força, ao mesmo tempo em que a indústria vinha se fortalecendo no país. Contudo, as mudanças no cenário político a partir de 1954<sup>46</sup> marcaram uma nova fase para indústria brasileira.

Esse período transitório é marcado pelo declínio das primeiras lideranças da indústria. Com a morte de Roberto Simonsen e a saída de Euvaldo Lodi da presidência da CNI, assume o cargo Augusto Viana Ribeiro dos Santos. Spinace (2019, p. 33) argumenta que essas mudanças no interior do sistema corporativo “[...] facilitou a ascensão de quadros liberais ou ligados a empresas estrangeiras”. Ainda sobre o período, o autor observa a fragmentação dos interesses setoriais e o enfraquecimento da CNI.

O país passou por novas eleições presidenciais em 1955, a sombra de um golpe militar. Com a mudança de governo, altera-se também a presidência da CNI, assumindo Lídio Lunardi. A essa altura, é possível perceber o

---

<sup>46</sup> As eleições presidenciais de 1950 reconduziram Getúlio Vargas ao poder, no entanto, as crises políticas iniciadas em 1954 acabaram por culminar no suicídio de Vargas em 24 de agosto do mesmo ano (RODRIGUES, 1997).

alinhamento das lideranças industriais às agendas políticas, como sugere Guilmo (2017).<sup>47</sup>

O novo Presidente da República eleito, Juscelino Kubitschek, iniciou seu governo com o projeto “cinquenta anos em cinco”.

[...] a linha mestra anunciada pelo governo, era a industrialização forçada, a todo o vapor (os famosos “50 anos em 5”), cercada por uma aura de otimismo e de confiança nas “potencialidades do país e o seu povo”, e amparada por um planejamento técnico eficiente. (XAVIER, 1990, p. 47).

A política econômica do governo Kubitschek buscava “[...] a união dos interesses objetivos do capital nacional à penetração do capital estrangeiro” (DEITOS, 2006, p. 64). O posicionamento da CNI em relação à entrada de capital estrangeiro é controverso, mas, gradativamente a burguesia industrial foi abandonando a ideologia progressista da fase inicial, e as teses nacionalistas restringiam-se à defesa do favorecimento das importações de tecnologias, transferência de recursos da agricultura para a indústria e a restrição a determinadas empresas estrangeiras no país (XAVIER, 1990). Para Spinace (2019), em muitos casos a CNI se mostrou favorável à entrada de capital estrangeiro, vislumbrando um mecanismo para a expansão do parque industrial brasileiro.

Durante o governo JK, a CNI demonstrou seu apoio ao governo. Lunardi manteve boas relações com o Presidente da República, que inclusive foi homenageado com a primeira Medalha do Mérito Industrial. Guilmo (2017) afirma que os dois eram aliados e tinham visões semelhantes de desenvolvimento e industrialização.

Spinace (2019) considera que os acontecimentos que datam o período de virada da década de 1950 para 1960 foram marcantes na trajetória da CNI. O autor afirma que as intervenções do Estado foram um dos fatores que contribuíram para o enfraquecimento da instituição, resultando na perda de espaço na representação industrial para a FIESP.

Findado o mandato de JK em 1961, Lunardi permanece na presidência da CNI. No entanto, com a posse de Jânio Quadros à Presidência da

---

<sup>47</sup> A relação entre Presidentes da CNI e Presidentes da República está ilustrada no Quadro 1, ao final da seção.

República, sugeriram denúncias de irregularidades na administração da CNI, as quais foram responsáveis por tirar Lunardi do cargo. A presidência da CNI foi assumida por uma Junta Governamental (GUILMO, 2017).

Jânio Quadros teve uma rápida passagem pela Presidência, renunciando após 6 meses de governo. Com a renúncia, ocorreu uma nova intervenção na presidência da CNI, que foi assumida pela Segunda Junta Governamental (SPINACE, 2019).

A Presidência da República foi assumida pelo Vice-Presidente eleito, João Goulart. Esse acontecimento se deu em meio a uma conjuntura política delicada, a renúncia de Jânio Quadros resultou na adoção de um regime parlamentarista improvisado, que reduzia os encargos e poderes da presidência (RODRIGUES, 1997). Ainda, havia grande descontentamento da oposição à posse de Jango, como era popularmente conhecido.

Em 1962, João Goulart atendeu a solicitação dos industriais e organizou um novo processo eleitoral para presidência da CNI, resultando em uma votação que elegeu por unanimidade Haroldo Correia Cavalcanti (GUILMO, 2017). Em contrapartida, Faria (2016, p. 274), destaca que “A gestão de Haroldo é marcada por uma acirrada disputa de algumas federações da indústria por uma maior influência na direção da CNI”.

O governo de João Goulart pautava-se na intervenção do Estado na economia, articulando reformas de base de caráter nacionalista. Com Cavalcanti na presidência, a CNI demonstrou grande apoio ao governo, em um cenário em que praticamente todas as entidades patronais se opunham ao governo de Jango (GUILMO, 2017).

Com o acirramento das posições políticas que culminaram no Golpe Militar, em 1º de abril de 1964 o Brasil entra em seu período do Regime Militar que perdurou até 1985 (RODRIGUES, 1997).

A posição favorável da CNI ao governo JK e ao governo de Jango, em defesa do desenvolvimento nacional, apontava que a CNI poderia ser uma possível opositora ao Golpe, no entanto, “[...] a preparação do golpe militar envolveu conquistar e organizar o apoio dos diversos setores da burguesia.” (GUILMO, 2017, p. 21). Guilmo (2017) acrescenta ainda, que isso significava também “abafar possíveis opositores”. Haroldo Cavalcanti havia saído em defesa dos direitos constitucionais do ex-presidente Jango, e por isso foi

cassado da presidência da CNI. Com isso consolidou-se a Terceira Junta Governamental à presidência da CNI.

Nas palavras de Spinace (2019), que percorre a trajetória da CNI em sua tese<sup>48</sup>, a influência da CNI enquanto representante da burguesia industrial foi reduzida durante o Regime Militar, comparado a períodos anteriores. “Isso se deu através de um modelo de governo que, embora privilegiasse os interesses da indústria, deixou em segundo plano suas entidades representativas” (p. 39).

A alteração da presidência da CNI durante o Regime Militar, em 1967, caracteriza, para Rodrigues (1997), o fim da primeira fase do desenvolvimento da CNI.

**Quadro 1.** Relação entre Presidentes da CNI e Presidentes do Brasil: CNI primeira fase

Presidente da CNI	Mandato	Presidente do Brasil	Mandato
Euvaldo Lodi	1938-1954	Getúlio Vargas	1930-1945
		Eurico Gaspar Dutra	1946-1951
		Getúlio Vargas	1951-1954
Augusto Viana Ribeiro dos Santos	1954-1956	João Fernandes Café Filho	1954-1955
Lídio Lunardi	1956-1961	Juscelino Kubitschek	1956-1961
1ª Junta Governamental	1961	Jânio Quadros	1961
2ª Junta Governamental	1961-1962	João Goulart	1961-1964
Haroldo Cavalcanti	1962-1964		
3ª Junta Governamental	1964	-	-
Edmundo de Macedo Soares e Silva	1964-1968	Castello Branco	1964-1967

Fonte: Elaboração da autora.

### 2.1.2 CNI: A SEGUNDA FASE

Contextualizada no Regime Militar, a segunda fase da CNI ou a “nova CNI” é marcada pela retomada da presidência pelo setor industrial privado. Nessa nova fase os perfis eleitos têm como especificidade uma trajetória na vida pública.

<sup>48</sup> A tese intitulada “A burguesia industrial em conflito: a trajetória da Confederação Nacional da indústria entre o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo”, foi defendida junto a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto foi o primeiro a assumir definitivamente o cargo da presidência após a intervenção direta do Estado na estrutura organizacional da CNI, permanecendo no cargo entre 1967 e 1977. Para Rodrigues (1997), ele foi um marco no pensamento da CNI.

Nas enunciações de Thomás Pompeu, enquanto Presidente, ele argumentava que a luta pela industrialização e por uma sociedade urbano-industrial, tão cara aos discursos de Euvaldo Lodi, fora vencida. “O Brasil se tornara um país industrializado”. Salientava ainda, que “Para a CNI, a história provara o importante papel da industrialização para todos os setores da vida nacional” (RODRIGUES, p. 134).

Apesar de considerar o processo de industrialização praticamente completo, Thomás Pompeu admitiu, em seus pronunciamentos, que o Brasil ainda não havia alcançado o *status* de país desenvolvido. Essa constatação foi importante para a CNI estabelecer os parâmetros para o Brasil prosseguir na escalada industrial rumo ao desenvolvimento. No entanto, na análise de Rodrigues (1997) às enunciações do Presidente da CNI, o caminho para o desenvolvimento não se pautava à mera industrialização, nem mesmo priorizava o mercado interno, “A meta é, de fato, a integração ao mercado internacional.” (p. 136).

Um dos desafios para a indústria nesse período era a modernização tecnológica do parque industrial brasileiro, nesse sentido, a aliança com o capital estrangeiro é resgatada. Faria (2016, p. 283) explica que

[...] tanto o Estado como o empresariado industrial brasileiro reconhecem no capital estrangeiro um aliado indispensável para modernizar a indústria brasileira e ampliar sua capacidade produtiva nacional, tornando-a mais competitiva no mercado internacional”.

A busca pelo desenvolvimento atrelada à necessidade de integrar o Brasil ao mercado internacional engendrou uma crescente demanda social por educação, ocasionando uma crise do sistema educacional.

Durante o processo de industrialização, mesmo com a “quota de contribuição” do SESI e SENAI para a educação, os industriais continuavam se aproveitando dos “dotes naturais dos trabalhadores”; e ainda não lhes chamava atenção o valor econômico da educação. Com a necessidade de integração ao mercado internacional, mediante o binômio qualidade-produtividade, a CNI

reforçava a necessidade de preparar o homem para as grandes metas do setor industrial (RODRIGUES, 1997).

Em vias de reformulação completa do sistema educacional brasileiro – em especial o ensino superior –, a CNI esboçou um programa sob o lema “educação para o trabalho”, no qual,

Para a educação popular, a CNI defende, além da alfabetização de toda a população, a sua capacitação para aprender a aprender. Quanto ao ensino primário, a CNI propõe a elevação qualitativa do mesmo, eliminando a repetência e a evasão escolar. No tocante ao nível médio, a entidade propugna um ensino voltado prioritariamente para a formação de técnicos. Finalmente, para o ensino superior, a CNI aponta como meta a flexibilidade, com prioridade voltada para o campo tecnológico e, como o ensino técnico, em sintonia fina com o mercado de trabalho e estreita colaboração com as empresas (RODRIGUES, 1997, p. 143).

Deveras, a partir de 1968 ocorreu uma reestruturação de toda educação brasileira, do ensino primário ao ensino superior, do nascimento da pós-graduação ao das políticas de formação profissional compulsória (RODRIGUES, 1997).

É nesse contexto, marcado pelo início do “milagre econômico brasileiro”, e talvez no momento mais autoritário do Regime Militar, que foi fundada a terceira instituição comandada pela CNI, o Instituto Evaldo Lodi – IEL, integrando, nas palavras de Rodrigues (1997), a “tríade pedagógica” da CNI.

Criado em 29 de janeiro de 1969, o Instituto recebeu o nome em homenagem a um dos fundadores da CNI. A proposta do IEL era integrar universidade e indústria por meio de estudos e pesquisas. Para Rodrigues (1997, p. 47), “o IEL foi criado como um indutor dos interesses da burguesia industrial nas universidades brasileiras”.

Diferente do SESI e SENAI, o Instituto Evaldo Lodi não foi criado por força de lei, entretanto, tratou-se de uma “sugestão governamental”. Rodrigues (1997) acrescenta que “[...] o IEL nasce sob a marca da política educacional autoritária, “voltada para a preparação de mão de obra especializada e ajustada as necessidades do mercado de trabalho”.” (p. 46-47).

O IEL iniciou suas atividades promovendo estágios supervisionados aos estudantes do ensino superior, não se restringindo apenas a cursos direta e imediatamente ligados ao campo industrial – cursos tecnológicos –. Ao longo de sua trajetória o Instituto foi expandindo o perfil de atuação, realizando um

importante papel no período da reestruturação produtiva no Brasil, pois passou a atuar em projetos de desenvolvimento tecnológico e gerencial da indústria brasileira (RODRIGUES, 1997). Atualmente, presente nos 26 estados e no Distrito Federal, atua no aperfeiçoamento da gestão, capacitação empresarial e estágio, além de consultorias a empresas de todos os portes<sup>49</sup>.

Para Spinace (2019), a indústria se beneficiou dessa fase de expansão conhecida como “milagre econômico”. O mesmo não ocorreu com a CNI, que ocupou um papel secundário na representação do setor, disputando com associações paralelas, de caráter extracorporativo<sup>50</sup>; cenário que a CNI buscou reverter nas últimas décadas do século XX, como veremos nas próximas seções.

### 2.1.3 CNI: A TERCEIRA FASE

As duas primeiras fases da construção histórica e política da CNI foram marcadas pelo padrão de acumulação taylorista-fordista; logo, a organização e as ações da burguesia industrial estavam alinhadas aos padrões da época. A terceira fase é acompanhada por um novo contexto econômico e social em nível regional e global, revelando assim, em certa medida, um novo ideário para a burguesia industrial brasileira.

A estrutura organizacional da CNI também acompanhou essas mudanças e passou por um processo de modernização, aliás, isso já vinha ocorrendo desde a gestão de Thomás Pompeu (1967-1977), quando a estrutura funcional interna da CNI passou por uma reestruturação. Além da transferência de responsabilidades na elaboração das concepções e propostas da Confederação, mudou também a forma de comunicação com o Estado e a sociedade em geral, que passou a ser mediada por documentos técnicos (RODRIGUES, 1997).

Esta nova fase, da “CNI competitivista”, e as mudanças advindas desta, são atribuídas as múltiplas gestões de Albano Franco, que presidiu a CNI durante 15 anos, entre 1980 e 1995.

---

<sup>49</sup> Informações acessadas a partir do Portal da Indústria, disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/iel/institucional/historia/>.

<sup>50</sup> São associações que não se configuram como representantes exclusivas do conjunto do setor industrial.

Adentrando um pouco a história, a consolidação do processo de industrialização na década de 1980 já indicava novos desafios para os líderes industriais. E, embora se enfrentasse um período de crise, o país mantinha-se como a maior economia industrial do chamado Terceiro Mundo. Nesse contexto, competir no mercado internacional era um desafio premente (RODRIGUES, 1997). Para que isso fosse possível, o parque industrial precisava ajustar-se ao contexto externo, isto é, ao padrão de acumulação flexível; assim, os anos de 1980 sinalizaram o percurso rumo ao padrão flexível no Brasil (MELO, 2010).

Tendo em vista as novas formas de reprodução do capital e regulação do trabalho, as estruturas sociais também precisam ser repensadas, dessa forma, propostas para a reestruturação do Estado, da educação e da formação profissional entram em pauta (RODRIGUES, 1997), como veremos mais adiante.

Esse novo momento protagonizou a reivindicação da burguesia industrial em prol de maior participação nas esferas centrais da economia, isto é, na definição da própria política econômica do Estado. Isso fez com que o empresariado passasse a atuar de maneira mais incisiva sobre o exercício do Estado, inclusive integrando campanhas pela privatização de empresas estatais, em crítica aos excessos da intervenção estatal (SOUZA, 2012).

Souza (2012, p. 211) argumenta que a adoção desse projeto liberalizante pela burguesia industrial antecede a crise, mas que essa última, veio a “[...] favorecer um movimento diferenciado dentro do bloco de poder”, por meio do qual a burguesia industrial visava superar a relação econômica corporativista proposta ainda no governo Vargas. A autora recorre a Diniz (1988) ao afirmar que, as reivindicações por uma nova posição não os colocou no campo da oposição, visto que “[...] os vínculos com o esquema situacionista foram, em larga medida, preservados, e rapidamente os empresários voltaram a apoiar, de maneira decidida, o regime militar”.

Apesar dos enfrentamentos entre patronais e classe operária, ao longo do tempo as vozes da burguesia industrial foram assumindo um tom cada vez mais moderado, como pode ser observado no “Documento dos Oito”.

Divulgado pelos oito empresários do ano de 1978, eleitos pelo Fórum Gazeta Mercantil, o documento expressa apoio ao regime democrático<sup>51</sup>,

[...] sobretudo, por ser um sistema superior de vida, o mais apropriado para o desenvolvimento das potencialidades humanas. E é dentro desse espírito, com o desejo de contribuir, que submetemos nossas ideias ao debate do conjunto da sociedade brasileira, e em especial, de nossos colegas empresários e dos homens públicos. (DOCUMENTO DOS OITO, 1978).

Souza (2012) argumenta que o documento deve ser analisado com cautela, visto que a burguesia tende a acompanhar a conjuntura, trazendo ao documento um teor não de ruptura, mas de conciliação. Para a autora, o que as novas lideranças industriais buscavam era reforçar o poder de barganha frente ao Governo Federal.

Contudo, ao mesmo tempo em que o Estado era um aliado, era também um entrave na condução da economia brasileira à conquista do mercado externo. Para CNI, essa “incapacidade” do Estado é fruto de sua crise fiscal e desarticulação administrativa. Portanto, para que o mercado brasileiro pudesse competir em uma economia internacional, o Estado precisava ser modernizado. Esses objetivos passaram então a integrar os documentos publicados pela Confederação Nacional da Indústria, como é o exemplo do documento “Competitividade Industrial: Uma visão estratégica para o Brasil” de 1988 (RODRIGUES, 1997).

Além do Estado, o documento supracitado sugere que todas as estruturas sociais precisam ser (re)conformados de acordo com os novos desafios da indústria.

Nesse mesmo período, com a promulgação da nova Carta Constituinte, abriu-se um novo canal de interlocução para os industriais, assim, os líderes industriais passaram a investir, de maneira estratégica, na via político-partidária e na Constituinte, com vistas a assegurar os seus interesses dentro do aparelho estatal (SOUZA, 2012).

---

<sup>51</sup> Ao referir-se à transição democrática, Souza (2012) destaca a mobilização das lideranças conservadoras para que esta ocorresse de forma planejada, de forma “lenta, gradual e restrita”, sem rupturas com as forças sociais e políticas precedentes. Para a autora, essa estratégia garantiu não só a continuidade da ordem socioeconômica, como conduziu às reformas neoliberais na década seguinte.

Como afirma Melo (2010, p. 57), as mudanças na infraestrutura da produção repercutiram sobre o pensamento pedagógico da classe, visto que, “A infra-estrutura determinava a superestrutura e, portanto, o período de acumulação flexível exigia uma pedagogia coerente”. Assim, em meados de 1990, com as mudanças de base técnica e organizacional das empresas em consonância, bem como, a adoção de conceitos próprios da acumulação flexível em curso, pressupunha-se novas demandas para o projeto educacional e para a classe trabalhadora, em termos de formação. Souza (2012) recupera o documento “Educação básica e formação profissional”, publicado em 1993 pela CNI, no qual essa demanda por educação aparece, bem como, o tema da universalização da educação; enunciando que o aumento da produtividade industrial não dependia apenas de grandes investimentos em tecnologia mas, principalmente, do capital humano disponível no interior da empresa.

Para além do campo econômico, as políticas para o campo educacional aparecem como estratégia para resolução de conflitos, tornando-as prioritárias no projeto societário da classe burguesa industrial, especialmente a partir da década de 1990 (SOUZA, 2012).

Assim, a burguesia industrial, presidida por Albano Franco, passou a organizar o pensamento e ações da burguesia industrial na adaptação desta classe – refiro-me ao proletariado –, para as mudanças então correntes. É claro, considerando as novas configurações de mediação da burguesia industrial com o Estado e a sociedade civil (MELO, 2010).

No que concerne ao pensamento pedagógico da CNI, Rodrigues (1997) e Melo (2010) destacam quatro documentos publicizados no período, são eles: “Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil” de 1988, “Educação básica e formação profissional” de 1993, “SENAI: desafios e oportunidades” de 1994 e “Modernização das relações trabalhistas” de 1995.

Diante do apresentado, avançamos para “A CNI dos anos 2000”.

#### 2.1.4 A CNI DOS ANOS 2000

Iniciou-se um novo século, mas, como versa Melo (2010), surpreendentemente, as reivindicações da classe burguesa nos anos 2000, apresentaram uma continuidade às demandas dos anos de 1990.

Intitulada por Melo (2010), “aventura pós-moderna e neoliberal”, a fase é marcada por um ideário burguês industrial eclético, em que ora defendem o desenvolvimento do capital humano nas empresas, ora tecem críticas à sociedade de classes, ressaltando a necessidade do “pacto social” entre os diversos “atores sociais”, o que parece relacionar-se com a dinâmica política em que está inserido.

Em contrapartida, a burguesia industrial nacional sobrevinha de uma crise de representatividade desde a década de 1990. Essa perda de espaço contribuiu para a construção de um novo projeto de desenvolvimento, corroborando com os atuais interesses dessa fração de classe. Esse novo projeto é enunciado no documento de 2002: “A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento” (FARIA, 2014).

Esse documento teve por objetivo disseminar as metas do setor aliadas a possibilidades de crescimento econômico do país, como uma espécie de reivindicação ao poder público e a sociedade civil. É interessante como essa proposta aparece alinhada com a posse do novo governo, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. De fato, essa passa a ser uma prática do sindicato da indústria desde 1994, apresentar aos candidatos à presidência da república, os objetivos almejados pelo setor industrial (FARIA, 2014), como veremos nas nossas fontes de análise.

Em suma, como afirma Melo (2010, p. 85), os documentos articulam

“[...] a necessidade de a burguesia industrial participar de forma hegemônica no controle dos caminhos do desenvolvimento capitalista do Brasil, de modo que o país possibilite condições de que esta classe se coloque competitivamente no mercado internacional.”

Souza (2012) argumenta que todas as diretrizes dadas pelo núcleo orgânico da burguesia, representado pela CNI, estão distantes de qualquer reflexão crítica ao projeto de internacionalização subordinada da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. Acrescenta ainda, que “Para o capital, qualquer forma de exploração do trabalho que gere lucro é válida,

principalmente quando se pode contar com o Estado para legitimar suas ações.” (SOUZA, 2012, p. 219), como é o caso da CNI.

Assim como no estudo de Rodrigues (1998), que analisou o *télos* da competitividade, que caracteriza a CNI a partir da década de 1980, correspondendo à terceira fase da instituição, Melo (2010) ressalta que as expressões “crescimento” e “competitividade” são reiteradas nos documentos.

Quanto à expansão da CNI dos anos 2000, Faria (2015) observa uma atuação crescente e relevante a partir de um dos “braços” do Sistema da Indústria, que é Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. A autora destaca esforços por parte do governo, no sentido de fomentar as políticas públicas de Educação Profissional, com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego em 2011. O Programa, além de ampliar a oferta de Educação Profissional no sistema público, incentivava à expansão da rede de escolas técnicas ligadas ao Sistema “S”.

Atualmente, com mais de oito décadas de história, a CNI juntamente a FIESP tem figurado como as maiores mediadoras do setor industrial, com intensa participação na mídia, bem como, nos debates políticos, inclusive educacionais, além da promoção de ações educativas.

### **3 OS MAPAS ESTRATÉGICOS DA INDÚSTRIA: RECOMENDAÇÕES PARA O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Nesse capítulo faremos a análise das recomendações da Confederação Nacional da Indústria, enquanto representante da burguesia industrial brasileira, para o Ensino Médio e a Educação Profissional, observando as demandas sociais contempladas a partir das enunciações. Utilizaremos para tal, os Mapas Estratégicos da Indústria 2013-2022 e 2018-2022, bem como documentos complementares aos Mapas Estratégicos de autoria da CNI.

#### **3.1 OS MAPAS ESTRATÉGICOS DA INDÚSTRIA COMO COMUNICAÇÃO DO PROJETO DA BURGUESIA INDUSTRIAL**

A Confederação Nacional da Indústria, entre a primeira fase e o início da segunda fase de desenvolvimento, já representava um papel de destaque na formação humana, especialmente no campo da formação profissional. No entanto, as instituições dirigidas pela CNI são marcadas pela imposição do governo, à exceção do Instituto Evaldo Lodi, que corresponde a uma “sugestão governamental”.

A estrutura de colaboração com o Estado (corporativismo) permitiu que a burguesia industrial percebesse “logo a importância capital da existência de instrumentos de (con)formação da força de trabalho industrial.” (RODRIGUES, 1997, p. 77). Além disso, o controle dessas instituições foi fundamental para a construção do pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria, que busca, a partir de seus projetos educativo-profissionais, a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial.

O avanço das relações capitalistas, entre as décadas de 1980 e 1990, também representou mudanças estruturais à CNI, que, por sua vez, altera a forma de mediação de seus projetos com a sociedade civil e os governos. A construção de documentos e relatórios torna-se um elemento importante nesse processo (MELO, 2010).

Desse modo, os documentos a serem analisados nesse capítulo fazem parte dessa terceira fase da CNI.

Dentre os documentos produzidos e publicados pela CNI, selecionamos a categoria “Mapas Estratégicos da Indústria”. Os Mapas Estratégicos da Indústria constituem agendas para indústria e para o país. Esses traduzem, a partir da visão de um conjunto de líderes industriais, os desafios, metas, objetivos e programas para que a indústria brasileira possa competir no mercado global<sup>52</sup> (CNI, 2020a).

Até o presente foram publicados 3 documentos nesse segmento, cabe-nos aqui o “Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022” e o “Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022”.

O panorama construído nos Mapas Estratégicos da Indústria considera os fatores internos da indústria e os fatores do ambiente externo à sua operação, que, por sua vez, são contemplados nos fatores-chave de cada Mapa (CNI, 2013).

Os fatores-chave podem variar de acordo com o tema central de cada Mapa, no entanto, alguns recebem destaque, é o caso da Educação.

Diante do objetivo dessa pesquisa, que é compreender as demandas da Confederação Nacional da Indústria, para o Ensino Médio e a Educação Profissional a partir da segunda década do século XXI, daremos ênfase à agenda da Educação apresentada em cada um dos Mapas. Outros documentos podem complementar a análise, considerando que a CNI publicou documentos complementares aos Mapas Estratégicos da Indústria.

Intentamos, a partir das recomendações da Confederação Nacional da Indústria, compreender as demandas sociais contempladas na formação humana, assim como, orientar um novo olhar as políticas públicas para a educação que vem sendo difundidas na atual conjuntura.

### 3.2. MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2013-2022

---

<sup>52</sup>A referência para construção dos Mapas Estratégicos da Indústria é a metodologia do *Balanced Scorecard*, ou BSC, criado por Robert Kaplan<sup>52</sup>. O BSC foi utilizado como Modelo de Gestão da Estratégia trazendo como benefícios a comunicação das estratégias de forma clara, o foco na estratégia e na visão a longo prazo e a percepção de sentido na mobilizando para a ação (CNI, 2005).

O Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 apresenta-se como uma agenda para o crescimento do Brasil, tendo como referência o ano de 2022, ano em que o país comemora 200 anos de independência. O documento expressa a visão de mais de 500 representantes empresariais, que se reuniram para definir as ações necessárias para atingir o objetivo de crescimento do país, ações as quais são veiculadas no documento.

Na apresentação do documento, de autoria do atual presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, há ênfase nas referências para o crescimento, salientando que “A nossa referência não pode ser nós mesmos. [...] A velocidade e o alcance das nossas reformas e avanços devem ser submetidos a comparações internacionais.” (CNI, 2013, p. 10), nesse contexto, a comparação é anunciada como uma necessidade. Contudo, é preciso considerar que o processo de desenvolvimento do capitalismo e o próprio desenvolvimento da indústria no Brasil, como visto anteriormente, se dá de maneira particular em relação às nações “desenvolvidas” com as quais somos comparados; circunstâncias essas que também se relacionam à condição de dependência ao capital hegemônico, referido por Florestan Fernandes (1977), desta forma os parâmetros de comparação não serão compatíveis.

Em continuidade, a atividade econômica e industrial é afirmada como sensível às transformações da economia global, bem como outras mudanças externas e internas ao país, exigindo, dessa forma, novas respostas a estes desafios. “Há uma nova geografia do crescimento, da produção e da inovação que apresentam claros efeitos sobre a forma de inserção do Brasil no mundo.” (CNI, 2013, p. 11). Compreende-se, a partir deste fragmento, que os líderes industriais têm clareza da posição ocupada pela indústria brasileira na economia global, portanto, frisa-se a importância de considerar esta posição na hora de projetar objetivos para setores como a educação, que compõe nosso objeto de análise, e que tem vistas a responder aos novos desafios.

Tendo em vista as constantes mudanças no cenário econômico global e outras mudanças de ordem global e local, o documento apresenta alguns fatores e fenômenos têm forte impacto na atividade econômica e industrial, sendo possível vislumbrar nos desdobramentos futuros certo grau de previsibilidade. Essas tendências estão relacionadas no quadro a seguir:

**Quadro 2.** Tendências mundiais e nacionais com impacto na indústria

<b>TENDÊNCIAS MUNDIAIS E NACIONAIS COM IMPACTO NA INDÚSTRIA</b>
<b>Tendências mundiais</b>
Crescimento dos países emergentes
Conhecimento e inovação como motores da economia
Nova geografia da produção mundial
Emergência e difusão de novas tecnologias
Mudanças climáticas e economia de baixo carbono
<b>Tendências nacionais</b>
Fortalecimento do mercado interno
Transições demográficas
Reconfiguração espacial da atividade econômica

**Fonte:** Elaboração da autora.

Estas tendências, de nível mundial e nacional, balizam o crescimento econômico e industrial, apontando as ameaças e oportunidades. E, para que o objetivo de uma indústria competitiva seja alcançado, “[...] é preciso enfrentar o grande desafio de elevar os níveis de produtividade e eficiência, atuando nos fatores-chave de competitividade.” (CNI, 2013, p. 22).

Ao tratar dos fatores-chave, a agenda reforça o objetivo central do Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022: competitividade com sustentabilidade. Para promover a competitividade é considerado um determinante muito importante, a “produtividade”. Esta tem origem em fontes internas, próprias do ambiente industrial, e fontes externas ao ambiente industrial, que não competem a decisão direta da burguesia industrial. Os fatores-chave, por sua vez, congregam essas duas dimensões.

Os fatores-chave contemplados no Mapa são considerados capazes de garantir a competitividade da indústria brasileira na próxima década, levando em consideração o objetivo central do documento. Os fatores-chave são classificados em quatro grupos:

- I. **Educação:** é considerada como um fator de base, sendo essencial para a construção de instituições e de um ambiente favoráveis aos negócios. Além de ser o principal insumo para a inovação;

- II. Ambiente:** estão relacionados ao ambiente de atuação da indústria, criando condições favoráveis para que os demais fatores estejam presentes e sejam influentes. São eles: ambiente macroeconômico, eficiência do Estado, segurança jurídica e burocracia e desenvolvimento de mercados;
- III. Custos:** estão relacionados diretamente aos custos de produção e dos investimentos, influenciando as condições de oferta. São eles: tributação, financiamento, relações de trabalho e infraestrutura;
- IV. Inovação e produtividade:** estão ligados às competências da empresa industrial.

Dentre este conjunto de fatores, a educação recebe destaque, “[...] pois sem educação de qualidade um país dificilmente será capaz de se desenvolver de forma sustentada.” (CNI, 2013, p. 24). E, assim como o Mapa, esta pesquisa destaca o conteúdo que contempla a educação, em especial, no que diz respeito ao Ensino Médio e a Educação Profissional.

Então, por que Educação? Como supracitado, a produtividade é um dos principais determinantes da competitividade. Segundo o documento, a baixa qualidade da educação básica, a reduzida oferta de ensino profissional e as deficiências no ensino superior no Brasil, limitam a capacidade de inovação das empresas e a produtividade, tendo impactos significativos sobre a competitividade das mesmas. Dessa forma, exemplifica-se: “Equipes educadas e engenheiros bem formados utilizam melhor os equipamentos, criam soluções para os problemas do dia a dia, adaptam processos e produtos e desenvolvem e implementam inovações.” (CNI, 2013, p. 27).

Considerando as referências internacionais, a agenda destaca o baixo desempenho do Brasil no *Global Competitiveness Report 2012-2013* ou Relatório de Competitividade Global, que é um índice de classificação de países anual, com base no Índice de Competitividade Global, publicado pelo Fórum Econômico Mundial. O Brasil ocupa a 126<sup>o</sup> posição em termos de qualidade da educação primária, atrás de países como México, Chile, Rússia e Espanha, e a 57<sup>a</sup> posição no pilar educação superior e treinamento; partindo da referência de 144 países participantes do Índice. A expectativa para 2022 seria de que a indústria brasileira dispusesse de trabalhadores mais qualificados,

com nível próximo ao dos países mais desenvolvidos, com elevação da qualidade da educação básica, ampliação da formação profissional e o investimento das empresas em treinamentos da mão de obra, produzindo assim, um ambiente propício à inovação e competição da indústria em nível internacional.

Grosso modo, as projeções para a educação básica e a educação profissional podem ser interpretadas de maneira positiva, dado que, a elevação da qualidade da educação é contemplada no projeto de educação dos grupos sociais que constituem a classe trabalhadora, assim como o de outros setores que disputam pela educação. Da mesma forma, investimentos em formação profissional e capacitação dos trabalhadores são importantes tanto para a classe trabalhadora como para classe proprietária dos meios de produção. Portanto, cabe o aprofundamento a estas projeções, tendo em vista a hipótese de um projeto conflitante com os ideais da classe dominada.

Avançando para os objetivos elencados, as etapas e modalidades de ensino, a agenda traz alguns temas prioritários, dentre os quais: a Educação Básica e a Educação Profissional.

**Quadro 3.** Objetivos e obstáculos para o Ensino Médio e a Educação Profissional

<b>OBJETIVOS E OBSTÁCULOS PARA O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>		
	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBSTÁCULOS</b>
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA</b>	Elevar a qualidade	- Má qualidade do ensino; - Evasão escolar, com ênfase para o Ensino Médio; - Resultados não condizem com o volume de recursos investidos; - Qualificação dos professores, gestão escolar e conteúdo programático.
<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>	Ampliar a oferta e melhorar a qualidade do ensino profissional	- Formação insuficiente para suprir as necessidades das empresas.

**Fonte:** Elaboração da autora.

Notadamente, a qualidade da educação é um objetivo muito claro para a CNI, assim como é um obstáculo a ser superado. Embora qualidade em educação possa conter diferentes significados, como bem pontua Gadotti, (2013), o ideal de qualidade desta classe está respaldado em referências internacionais, pautando-se em indicadores como o *ranking* do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA de 2009 e o sistema de avaliação interno que gera o Índice da Qualidade da Educação Básica – IDEB.

Setorizando os objetivos e obstáculos para a educação, no que concerne ao Ensino Médio e a Educação Profissional, ambos apresentam uma realidade insatisfatória: má qualidade do ensino, índices de evasão altos, baixo rendimento em relação aos investimentos, necessidade de profissionais de educação qualificados, além de oferta limitada e baixos índices de formação, no caso da Educação Profissional. Desta forma, o panorama atual destoaria das demandas da indústria.

Os obstáculos para Ensino Médio e a Educação Profissional relacionados acima, são desafios para a educação na contemporaneidade, contudo, a grande problemática é como a formação educacional é enunciada pela burguesia industrial: um “insumo”. A mão de obra de trabalho, o trabalhador, é desumanizado, aparecendo aos industriais “unicamente como meios para produzir” (ANTUNES, 2000, p. 57), como bem explicita o documento quando classifica os fatores-chave: “A educação também é o principal insumo para a inovação” (CNI, 2013, p. 24); inovação que é relacionada às competências da indústria, daí os fins para os quais se encerram a educação.

Apesar de a educação figurar como “base de tudo”, conforme enuncia a agenda da indústria, o fator-chave não é muito explorado no documento, sendo estas as considerações diretas no que compete a educação.

### 3.3. MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2018-2022

O Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022 apresenta uma periodização que corresponde à vigência do Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022. Em seção de apresentação, o presidente da Confederação Nacional da Indústria,

Robson Braga de Andrade, justifica a elaboração do novo documento com base nas mudanças do ambiente econômico mundial e nacional ocorridas nos últimos cinco anos, tendo em vista a data de publicação (2018).

Para além da apresentação do presidente, há destaque para os impactos da crise econômica e política que se instalou no país, como a perda de competitividade. Um dado interessante enunciado é de que a produção industrial recuou aos níveis de 2004, acumulando, de acordo com a agenda “quase uma década perdida” (CNI, 2018, p. 18).

O ano de 2022 permanece como uma referência para a agenda, mas agora considerando, segundo o documento, a crise econômica e institucional que se intensificou no país e que comprometeu seu desenvolvimento econômico e social. Assim, o novo Mapa apresenta a correção da “rota” a ser seguida, na economia e na qualidade das instituições.

Diante disso, a agenda considera necessário reforçar a estratégia para reverter a trajetória de perda de competitividade e de potencial de crescimento, recomendando “[...] um trabalho contínuo e persistente de reformas econômicas e institucionais [...]”, para que seja “possível recuperar e alcançar patamares mais elevados de produtividade e competitividade.” (CNI, 2018, p. 14).

À agenda 2018-2022, é conferido como objetivo central a construção de uma indústria inovadora, globalmente competitiva e sustentável. Apesar dos desafios apresentados, o Mapa visualiza o país como um lugar de oportunidades, sendo o mercado brasileiro um dos mais promissores do mundo, despertando o interesse de investidores. Dessa forma, para concretização dessas oportunidades, introduz-se o Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022.

Na perspectiva dos industriais, o país vem sucessivamente perdendo posições no ranking global de competitividade do *World Economic Forum* ou Fórum Econômico Mundial, chegando a pior posição dos últimos dez anos em 2017. Nesse sentido, a perda da competitividade nacional significaria comprometer o crescimento econômico e a geração de emprego e renda. Cabe salientar, segundo os dados apresentados na Figura 1 do Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, nomeada “Posição do Brasil no ranking global de competitividade”, elaborada com base no *The Global Competitiveness Report*

de 2017 a 2018, que o período entre 2010 e 2015 apresentou bons resultados ao país em termos de competitividade, comparados ao período que o sucede.

Apesar dos indicadores, é recuperado o documento “Produtividade na indústria” de 2017, que realiza um balanço da produtividade da indústria brasileira no decênio 2006 a 2016 – lembrando que a produtividade é um determinante da competitividade –, em que “[...] a produtividade do trabalho na indústria brasileira cresceu 5,5%, enquanto a produtividade dos Estados Unidos cresceu 16,2% e a da Argentina, 11,2%.” (CNI, 2017 apud CNI, 2018, p. 19). Os dados são relacionados a um fenômeno importante: o processo de desindustrialização, como vimos brevemente no Capítulo I “TÍTULO”, este corresponde a um cenário em que a pauta exportadora se fundamentava em *commodities* e produtos industrializados de baixa complexidade, apesar do processo de industrialização consolidado desde a década de 1980. Reverter essa realidade apresenta-se um dos desafios para a indústria e o país (CNI, 2018).

À vista disso, a concretização do Mapa Estratégico 2018-2022 requer dos empresários industriais e suas organizações de representação uma atuação coordenada, eficaz e transparente. Para isso, consolidar uma Rede Empresarial de Ação Política é enunciado como um fator determinante.

Essa Rede deve ser capaz de sensibilizar governo e sociedade acerca dos avanços necessários, bem como de identificar e defender novas propostas que contribuam para melhorar o ambiente de negócios.

É fundamental o fortalecimento do associativismo empresarial – sindicatos empresariais, federações estaduais, associações setoriais e a CNI – e da sua capacidade de ação política. (CNI, 2018, p. 20).

O trecho supracitado evidencia que a burguesia industrial reconhece a necessidade de que o esquema de reprodução deste setor seja coerente, e que o ambiente político, econômico e social esteja favorável à reprodução do capital industrial, semelhante ao modelo de regulação, neste caso, em uma fração da atividade econômica. Ainda, reforça a participação do Estado na reprodução do setor industrial.

Assim como no Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, as mudanças e transformações internas e externas ao país que impactam a atividade econômica e industrial são exploradas, como ilustra o Quadro 4 a seguir:

**Quadro 4.** Tendências mundiais e nacionais com impacto na indústria atualizadas

<b>TENDÊNCIAS MUNDIAIS E NACIONAIS COM IMPACTO NA INDÚSTRIA ATUALIZADAS</b>	
<b>Tendências mundiais</b>	
Indústria 4.0	A disseminação das tecnologias digitais e a sua aplicação à indústria têm impacto sobre toda a cadeia de valor dos produtos, desde seu desenvolvimento ao consumo e descarte ou reciclagem, bem como, sobre os modelos de negócios e os padrões de integração comercial.
Conhecimento e inovação como motores da economia	Atualmente é a maior fonte geradora de riqueza para a economia e também é a base para os ganhos de competitividade das empresas e países.
Mudanças climáticas e economia de baixo carbono	Está em curso uma corrida tecnológica entre países para o desenvolvimento de fontes de energia renovável e novas oportunidades de atuação na chamada economia de baixo carbono, bem como, uma crescente mudança nos padrões de consumo, com consumidores mais preocupados com os impactos ambientais dos produtos e seus processos produtivos.
Menor crescimento do comércio internacional e rearranjos na geografia da produção mundial	Há incertezas quanto ao futuro dos acordos comerciais e pressões protecionistas, ameaçando a recuperação do comércio internacional. Apesar do cenário incerto, há forças que pressionam pela busca de mercados globais e que geram oportunidades.
Crescimento dos países emergentes	O crescimento da economia e das exportações dos países asiáticos aponta para o espaço do Pacífico como o grande eixo dinâmico da economia mundial.
<b>Tendências nacionais</b>	
Emergência de um novo ciclo de reformas econômicas e institucionais	As crises políticas e econômicas revelaram o inchaço do Estado brasileiro, o esgotamento de sua capacidade de expansão e a necessidade de se rever a relação entre o setor privado e o Estado, com impactos no desenho das políticas industriais. A necessidade de reforma e reinvenção do Estado é condição para o enfrentamento dos desafios econômicos, demográficos e sociais presentes e por vir.
Transição demográfica acelerada	A transição demográfica brasileira está sendo mais acelerada do que a enfrentada pelos países avançados, e já em 2025 prevê-se a diminuição na proporção de pessoas em idade

	ativa é alta, em comparação com a proporção de pessoas dependentes. No futuro, com base nesta previsão, o aumento da produtividade se torna ainda mais importante para o crescimento.
Pressão para ir além do mercado doméstico	O tamanho do mercado consumidor brasileiro segue sendo um dos grandes ativos do Brasil, não obstante, o país não pode ignorar o mercado externo e precisa aumentar sua inserção no mundo.
Reconfiguração espacial da atividade econômica e crescimento das cidades médias	O desenvolvimento das cidades de médio porte atraem empresas que buscam reduzir os custos associados a grandes centros populacionais.
Maior demanda por políticas e serviços públicos de qualidade	O aumento da escolaridade da população, maior acesso à informação e instituições mais profissionalizadas tendem a pressionar o Estado na adoção de uma gestão com maior transparência. Assim, tornam-se possíveis políticas públicas eficazes, com base em evidências e maior foco em resultados.

**Fonte:** Elaboração da autora.

O quadro de tendências mundiais e nacionais traz entre as tendências alguns aspectos no campo da sustentabilidade, um dos objetivos do Mapa Estratégico, o crescimento dos países emergentes e também o desenvolvimento da Indústria 4.0, que caracteriza a Quarta Revolução Industrial. Embora a Indústria 4.0 seja uma tendência relativamente recente, deveria, segundo as orientações apresentadas, se tornar uma realidade para que o Brasil possa conectar a indústria nacional às grandes transformações e tendências da indústria mundial.

De acordo com o Glossário on-line da CNI “Indústria de A a Z”:

A **Indústria 4.0** é um conceito que representa a **automação industrial** e a integração de diferentes tecnologias como *inteligência artificial, robótica, internet das coisas e computação em nuvem* com o objetivo de promover a digitalização das atividades industriais melhorando os processos e aumentando a produtividade. (CNI, on-line).

Para Antunes (2020, n.p.), estas tecnologias de informação e comunicação, configuram-se “[...] como um elemento central entre os distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo financeiro do nosso tempo”. Nesse sentido, incorporam-se novas competências em educação para

que se possa suprir a demanda da indústria. Para apreender essas demandas, avançaremos para as proposições da Confederação Nacional da Indústria para educação nessa nova agenda, dentro do nosso recorte, que é o Ensino Médio e a Educação Profissional.

Tendo em vista a renovação do Mapa Estratégico da Indústria que já estava em curso (2013-2022), a qualidade da educação é apresentada como uma barreira antiga à competitividade.

De modo geral, o documento enuncia temas e ênfases para a nova agenda. Quanto à educação: “Este, um tema antigo, é retomado com maior ênfase na articulação do ensino médio com a formação profissional; e com maior destaque para uma agenda de reformas para o ensino superior.” (CNI, 2018, p. 29).

Avançando ao Mapa Estratégico são apresentados os 11 fatores-chave que o compõe, estes são organizados em seis eixos, conforme o quadro a seguir:

**Quadro 5.** Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022: fatores-chave

<b>MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2018-2022: FATORES-CHAVE</b>		
<b>I.</b>	<b>Ambiente de negócios</b>	Segurança jurídica; Ambiente macroeconômico; Eficiência do estado; Governança; Desburocratização.
<b>II.</b>	<b>Fatores de produção</b>	Educação; Financiamento; Recursos naturais; Meio ambiente.
<b>III.</b>	<b>Ambiente de negócios e custos de produção</b>	Tributação e relações de trabalho.
<b>IV.</b>	<b>Atividades ofertadas e/ou reguladas pelo governo</b>	Infraestrutura.
<b>V.</b>	<b>Políticas específicas para a Indústria</b>	Política industrial, de inovação e de comércio exterior;
<b>VI.</b>	<b>Ações das próprias empresas</b>	Produtividade e inovação na empresa.

Fonte: Elaboração da autora.

A partir do Quadro 5 é possível observar que a educação é classificada como um fator de produção, que diz respeito ao capital humano, o trabalhador

qualificado, semelhante ao que aponta o Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022. A educação, segundo o documento, é um fator ligado diretamente à produção de bens e serviços, que é influenciado “[...] de maneira relevante pela atuação do governo tanto no provimento como na regulamentação sobre a oferta e o uso dos recursos.” (CNI, 2018, p. 31). Assim, “Prioridade absoluta deve ser dada à educação para o país se colocar entre as melhores referências mundiais.” (CNI, 2018, p. 34). Observa-se no excerto que mais uma é vez reforçado o papel do Estado: regulador e financiador. Tais proposições orientam nosso olhar para o atual cenário de investimentos na educação, para o qual teceremos considerações posteriormente.

Neste Mapa Estratégico o fator-chave educação é mais explorado, diferente do anterior. Para este fator-chave e também os demais, existe uma orientação para a leitura da estrutura lógica e elementos do documento. Orienta-se: há o objetivo principal e uma macrometa; a proposição, que sintetiza o principal resultado a ser alcançado, além de situar o(s) desafio(s) para o(s) qual(is) deve(m) ser mobilizado(s) melhores esforços; ainda, para cada objetivo foi definido um indicador com metas para 2022.

### 3.3.1. DA EDUCAÇÃO

A educação é novamente anunciada como um dos principais determinantes da competitividade da indústria e produtividade do trabalho, visto que, a elevação da escolaridade e a formação contínua tornam as equipes “[...] capazes de propor soluções mais eficazes para os problemas do dia a dia, adaptam melhor os produtos e processos produtivos, bem como desenvolvem e implementam inovações.” (CNI, 2018, p. 76). Isto é, a educação também é responsável pela formação de um modelo de homem, de trabalhador, adaptado às formas produtivas, que agora são flexíveis.

Na perspectiva da burguesia industrial, que se assemelha às enunciações do documento precedente, o Brasil estaria distante das demandas do setor produtivo e das referências mundiais de qualidade, colocando o país em desvantagem na capacidade de inovar e competir. Como vimos, este é um problema estrutural, tendo em vista um padrão de desenvolvimento econômico que é ditado de fora – pelas nações dominantes – e “alimentado e sustentado a

partir de dentro” (FERNANDES, 1977, p. 171), desta forma, sair desta condição de subordinação ao capital internacional está condicionado ao rompimento desta lógica.

Em termos de desempenho, à época de desenvolvimento da agenda, o Brasil era o 10º de 16 países no fator Educação do relatório Competitividade Brasil 2017-2018. Segundo a CNI, o dado representa avanços em termos de investimento e cobertura em educação, contudo, “[...] no que diz respeito à qualidade da educação o país tem fraco desempenho.” (CNI, 2018, p. 77). Assim, a agenda tem como principal objetivo melhorar a qualidade da educação no Brasil. Neste sentido, a macrometa consiste em melhorar a nota média do Brasil no PISA, de 395 para 473.

Nesse cenário, a visão para 2022 é de que a qualidade da educação básica se elevará. A formação profissional concomitante ao ensino médio e a educação de jovens e adultos terá sua oferta ampliada. Ainda, as empresas ampliarão o investimento em capacitação da mão de obra. De acordo com o documento, alguns avanços já foram alcançados desde a publicação do Mapa Estratégico 2013-2022: a aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024, a partir da Lei nº 13.005/2014; a aprovação da reforma do Ensino Médio, a partir da Lei nº 13.415/2017; e a homologação da Base Nacional Comum Curricular para a educação básica em 20 de dezembro de 2017.

Dentre os temas prioritários da agenda está a Educação Básica, com ênfase para a melhoria da qualidade deste nível de ensino, enunciada como uma deficiência do país. No que diz respeito ao Ensino Médio, os resultados são ainda mais insatisfatórios. O índice apontado é de que 58,5% dos jovens concluem essa etapa da educação básica no Brasil, além de que, a maioria dos que conseguem concluir sai despreparada para o mercado de trabalho – dado referenciado ao Todos pela educação e IBGE, 2017.

Destaca-se ainda, a existência de um contingente elevado de adultos que não concluíram a Educação Básica, compondo um desafio adicional. De modo a contribuir com este desafio, propõe-se a ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos – EJA integrada à educação profissionalizante, visto que 38% dos trabalhadores contabilizam ao contingente de adultos não-concluintes da Educação Básica (MTE, 2017 apud CNI, 2018).

De fato os altos índices de evasão escolar constitui uma das carências da educação, mesmo com a democratização do acesso a escola. De lá para cá, esta é uma pauta recorrente não apenas no âmbito governamental, mas também nas instâncias da sociedade civil, traduzindo um desafio importante e urgente. Contudo, este também é um reflexo da organização do sistema educacional brasileiro e das próprias condições da nossa estrutura social.

De acordo com o Mapa Estratégico, apesar do investimento em educação ser comparável ao dos países desenvolvidos, os resultados obtidos não são os desejáveis. Assim como no Mapa anterior, esta informação é reiterada. Em contrapartida, o que se percebe desde meados de 2010, com o boicote a democracia, é o ataque e o desmonte da educação brasileira, como explicita Saviani (2020, p. 14): “É nesse contexto que vem ocorrendo o desmonte da educação nacional pelo corte dos recursos destinados à educação, à ciência e à pesquisa científica, pelo ataque à educação pública [...]”.

Diante do cenário apresentado pela CNI, são mapeados os seguintes objetivos:

- I. Elevar a qualidade na educação básica: melhorar a nota média no índice de desenvolvimento da educação básica, de 4,6 para 5,6;
- II. Ampliar a oferta de ensino médio integrado com a formação técnica e profissional: aumentar a participação do ensino integrado no ensino médio, de 5,3% para 11,1%;
- III. Ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos articulada com a educação profissional: aumentar a participação da educação profissional na EJA, de 2,8% para 3,1.

Com vistas a esses objetivos, são apresentadas dez iniciativas: (i) Implantação da Base Nacional Comum Curricular; (ii) Promoção da formação continuada de docentes; (iii) Implantação de modelos de gestão escolar; (iv); (v) Difusão de metodologias e tecnologias com ênfase em STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Matemática + Arte/design); (vi) Implantação do Novo Ensino Médio com prioridade para a integração com a Educação Profissional; (vii) Realização de parcerias entre as redes de Educação Profissional e de

educação básica; (viii) Ampliação da aprendizagem profissional para alunos do Ensino Médio; (ix) Proposição de novo modelo educacional na educação de jovens e adultos; (x) Promoção da formação continuada para professores e gestores na educação de jovens e adultos.

O segundo tema prioritário é a Educação Profissional, que precisa estar alinhada às necessidades das empresas para impulsionar a produtividade. Apesar de constituir um determinante direto da produtividade dos trabalhadores, é enfatizada a pequena oferta de matrículas na Educação Profissional no país, e nem sempre existe alinhamento entre os cursos ofertados e as necessidades das empresas.

A reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) é afirmada como uma forma de contribuição para qualificação profissional dos 83% dos jovens brasileiros entre 25 e 34 anos que não terão acesso ao ensino superior (OCDE, 2017 apud CNI, 2018). Nesse sentido, é importante que o Novo Ensino Médio e os programas de Aprendizagem estejam conectados, com vistas ao fortalecimento da formação profissional.

A oferta de cursos semipresenciais de formação profissional também é apresentada como uma iniciativa importante, ampliando as oportunidades de profissionalização dos jovens brasileiros. A iniciativa tem como benesse, segundo o documento, não apenas a condição de vencer barreiras geográficas, mas a capacidade de atender a diferentes perfis de públicos que necessitam de flexibilidade de horário para os estudos.

No entanto, qualquer forma de ampliação da oferta de educação profissional “[...] deve estar respaldada por um criterioso processo de avaliação que garanta sua qualidade, por meio de currículos que correspondam às reais necessidades de formação do setor produtivo.” (CNI, 2018, p. 80).

Em suma, o objetivo é ampliar a oferta da educação profissional alinhada às demandas do setor produtivo, com a meta de elevar o número de matrículas na educação profissional, de 1,86 milhão para 2,00 milhões. Para isso, são elencadas algumas iniciativas: (i) Ampliação da educação profissional na modalidade à distância; (ii) Implementação de sistema nacional de avaliação da educação profissional; (iii) Aperfeiçoamento da legislação da aprendizagem profissional.

Diante deste panorama constata-se a ênfase na importância da educação atrelada ao mundo do trabalho, de acordo com Saviani (2020), assim como autores já referenciados: Frigotto (1996); Kuenzer (2006) e Harvey (2010), o autor também assevera o princípio do trabalho como imanente à escola elementar, desta forma a relação entre trabalho e educação é implícita e indireta, de modo que na Educação Profissional esta relação ocorre de maneira direta e mais técnica.

Tendo em vista as competências da indústria, enunciadas pela elite que a representa, que é a produtividade e a inovação para fins de acumulação de capital, bem como o desenvolvimento econômico e social do país, não há contradição nos objetivos da burguesia industrial no que diz respeito à educação. Contudo, a educação é um direito da coletividade, não devendo privilegiar o projeto ideológico de uma única classe, que, neste caso, quando observado, apresenta caráter meramente utilitário, demonstrando pouca ou nenhuma preocupação com o desenvolvimento social, efetivamente.

Desta forma, os Mapas Estratégicos da Indústria 2013-2022 e 2018-2022, assim como se propõem, traduzem um projeto de classe: a classe burguesa industrial, que, por sua vez, visam à comunicação e a efetivação destes projetos junto à sociedade civil e os governos. Para tal, a CNI, enquanto órgão de representação desta classe, tem desempenhado o papel de tencionadora de políticas públicas, dentro de um processo que é e tem obrigação de ser democrático, mas que não deve privilegiar apenas as demandas desta fração da burguesia, em especial para a educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa principal preocupação neste estudo era responder qual papel a Confederação Nacional da Indústria tem desempenhado na definição das políticas públicas para a educação no Brasil e quais as demandas desta fração da burguesia para a educação, no que diz respeito ao Ensino Médio e a Educação Profissional.

A CNI é um órgão de classe, da classe burguesa industrial, e, portanto, traduz o projeto societário desta. Entretanto, para que este projeto possa ser minimamente efetivado é necessário haver uma ação conjunta, isto é, um consenso em torno dos ideais desta classe, daí a exigência de comunicá-los junto à sociedade civil e aos governos.

Como é possível acompanhar no Capítulo 2 - “A Confederação Nacional da Indústria no Cenário Nacional”, a CNI se consolida especialmente a partir de determinações do Estado, assim, sua construção histórica está atrelada a atuação política, lhe conferindo “capacidade de ação política”, nas palavras da CNI (2018). Desta forma, isto está dado. Assim, diante do que nos propomos a responder, quanto as demandas desta fração da burguesia para a educação, no que diz respeito ao Ensino Médio e a Educação Profissional, alguns elementos comuns aos dois Mapas Estratégicos da Indústria, auxiliam na construção da resposta a esta problemática, bem como a reflexão acerca do pensamento pedagógico da burguesia industrial.

**Qualidade da Educação.** É o objetivo central e recorrente tanto no Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, como no Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022. Nos documentos, a qualidade da educação aparece respaldada em índices e comparações internacionais, próprio da forma como se estruturam os Mapas Estratégicos. Como dizia Saint-Exupéry, autor do livro “O pequeno príncipe”, “As pessoas grandes adoram os números.” Contudo, embora a coleta e comparação de dados sejam relevantes, é preciso qualificar esses números e compreender o que eles representam para a educação brasileira de modo geral, assim como para cada nível e modalidade de ensino, não devendo servir apenas como título de comparação.

Embora não seja esboçado um conceito qualitativo de qualidade da educação, a forma como ela é relacionada nos documentos demonstra que

essa fração da burguesia tem clareza de suas intencionalidades e do padrão de qualidade que almeja, não apenas para educação, mas para o direcionamento do país como um todo. Isto posto, a qualidade da educação expressa nos Mapas Estratégicos da Indústria recebe um viés economicista, sob o qual a educação deve qualificar para o mercado de trabalho, contribuindo, por sua vez, para o crescimento da indústria e do país.

**Ensino Médio.** A etapa final da Educação Básica é apresentada como um tema prioritário na agenda da indústria. Além do aumento da qualidade da Educação, elevar os índices de conclusão desta etapa e ampliar a oferta do Ensino Médio integrado à formação profissional são prioridades da agenda. Nosso destaque está para esse último item.

Cunha (2017, p. 374) refere-se às novas políticas públicas para o Ensino Médio, defendidas no Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, como um “atalho para o passado”, tendo em vista que, remete às políticas educacionais implementadas na ditadura empresarial-militar, com a função não manifesta de conter a crescente demanda para o nível superior, assim, pretendia-se “[...] desviar para o mercado de trabalho, supostamente carente de técnicos de nível médio, parte dos jovens que aumentavam ano após ano o número de demandantes de vagas nas universidades públicas”. Essa pretensão também é manifesta no Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, que já prevê a alocação dos jovens – 83% dos jovens entre 25 e 34 anos, segundo dados estatísticos da OCDE (2017) - não terão acesso ao ensino superior, à possibilidade de formação técnica e profissional. Assim, faz-se necessário compreender quem são esses jovens que não chegarão à universidade, visto que, “[...] os cursos de formação profissional, as funções manuais e braçais, os salários mínimos para a sobrevivência como força de trabalho.” (CIAVATTA, 2019, p. 42) são historicamente destinados aos filhos da classe trabalhadora.

**Educação Profissional.** A CNI já desempenha uma atuação massiva na formação profissional para indústria, sendo uma referência na área, no entanto, a demanda por ampliação da formação técnica e profissional é reiterada entre os objetivos para esta modalidade da educação, sob a justificativa de atender as mudanças na base produtiva e as demandas do mercado. Nesse sentido, as iniciativas para a ampliação da formação técnica e profissional aparecem de forma mais unificada, sendo associada à oferta do ensino regular – Ensino

Médio – e a Educação de Jovens adultos, que, por sua vez, é primeiramente uma obrigação do Estado.

**Capital humano.** Esta é a perspectiva na qual as proposições para a educação têm sido enunciadas. A educação constitui um fator-chave de base para os mapas, é anunciada como um dos principais fatores determinantes da competitividade da indústria e de produtividade do trabalho. O aumento da produtividade é relacionado à elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a formação contínua dos sujeitos, nesse sentido, as equipes de trabalho tornam-se “[...] capazes de propor soluções mais eficazes para os problemas do dia a dia, adaptam melhor os produtos e processos produtivos, bem como desenvolvem e implementam inovações.” (CNI, 2018, p. 76).

Nesse ínterim, o trabalhador aparece como um apêndice da máquina, o qual tem a função de produzir mais-valor. À vista disso, a propalada qualidade da educação não corresponde a uma formação do ser humano em todas as suas potencialidades (FRIGOTTO, 1996) (CIAVATTA, 2019), pois a concepção de trabalho apresenta-se de maneira acrítica, pois não este não é pensado para além de suas formas mercantilizadas, das lacunas da profissionalização. Na contramão, a formação humana deve partir do pressuposto de que é por intermédio do trabalho que o homem modifica a natureza e também a sua própria natureza, não se resumindo apenas a produção de mercadoria e mais-valor. A ação educacional deve contemplar as necessidades de reprodução da própria existência humana, indo muito além do exercício das atividades laborais, pois é por meio do acesso e da síntese do conhecimento histórica e socialmente produzido que o homem tem a possibilidade de conhecer a si enquanto ser social e os processos históricos para compreender a realidade do meio em que vive, e assim desenvolver as suas potencialidades (CIAVATA, 2019).

**Papel do Estado.** O papel do Estado é essencial para o cumprimento das agendas. Assim como defendem as teses liberais clássicas: “o menos de Estado e política possível”, assim, o Estado faz-se necessário em áreas em que falha regulação do mercado, como as políticas de caráter social. Nesse sentido, os Mapas Estratégicos da indústria reiteram a atuação do Estado na criação e manutenção de um ambiente institucional favorável à reprodução das relações de mercado, como afirmou Harvey (2010) sobre o papel do Estado.

**Investimento em educação.** Os números mais uma vez aparecem. Os documentos atestam que o Brasil investe em educação percentuais comparáveis ao dos países desenvolvidos, mas que os investimentos não têm obtido os resultados satisfatórios. Esta constatação, apresentada nos Mapas Estratégicos direcionam reflexões necessárias: o que este volume de investimentos representa para a educação brasileira em comparação aos países ditos desenvolvidos, inclusive em relação à infraestrutura? O que estes resultados insatisfatórios revelam sobre a educação brasileira? E, por último, isso condiz com o cenário das políticas públicas de educação na atualidade?

Retoma-se então a tese de que o processo de desenvolvimento do capitalismo e o próprio desenvolvimento da indústria no Brasil ocorreram de maneira particular em relação às nações desenvolvidas com as quais somos comparados, e que os desdobramentos destes processos também incluem a educação. Portanto, é preciso refletir e repensar estes comparativos.

Ainda, no que diz respeito ao atual cenário das políticas públicas para a educação, temos percebido uma condição contrária a de alta nos investimentos, no qual gradativamente vem ocorrendo o desmonte da educação nacional a partir do corte de recursos destinados à educação, à ciência e à pesquisa, viabilizado pelo ataque à educação pública, deixando-a à mercê dos interesses privados.

Portanto, conhecer o projeto educacional da burguesia industrial nos induz a pensar sobre o que não queremos, que é a educação convertida exclusivamente em insumo para o mercado. Ainda, deve nos conduzir a pensar a educação que queremos, visto que esta é apenas uma fração dos setores que disputam os rumos da educação brasileira.

A educação que queremos não se resume a colocação no mercado de trabalho, mas a possibilidade de desenvolvimento do ser humano em todas as suas potencialidades. Partindo do princípio de que o homem ao intervir sobre a natureza por meio do trabalho, ele modifica sua própria natureza, faz-se necessário que o trabalho seja pensado criticamente como um princípio educativo, indo além das formas mercantilizadas de trabalho, pois este não se resume a produção de mercadoria e mais-valor.

Como expõe Ciavatta (2019), partir do trabalho como princípio educativo, realiza-se um duplo exercício: sob a égide do capital, as políticas

educacionais se voltam para a formação de mão de obra com vistas a adaptá-la às suas formas de exploração. Em contrapartida, a ação educacional deve contemplar as necessidades de reprodução da própria existência humana, indo muito além do exercício das atividades laborais, pois é por meio do acesso e da síntese do conhecimento histórica e socialmente produzido que o homem tem a possibilidade de conhecer a si enquanto ser social e os processos históricos para compreender a realidade do meio em que vive.

No que concerne à Educação Profissional, esta deve levar à compreensão dos processos técnicos, científicos e histórico-sociais que lhe são subjacentes, sustentando a introdução das tecnologias e da organização do trabalho, como também deve atender as necessidades do trabalhador.

Os efeitos do sistema produtivo sobre a política educacional são uma realidade, por isso, como nos inspira István Mészáros em sua obra “Educação para além do Capital”, é preciso pensar a educação para além dos limites do capital, para que assim possamos caminhar para a educação que queremos, a educação da classe trabalhadora. Por uma educação que vá além de ampliar a capacidade de trabalho e seus valores de uso, que possa contribuir com condições de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devenir histórico.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis Pierre. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

ALVES, Giovanni. Notas sobre o Golpe de 2016 no Brasil: Neodesenvolvimentismo ou Crônica de Uma Morte Anunciada. *In*: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (org.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017, p. 119-135.

ANTUNES, Ricardo L. C. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. *In*: \_\_\_\_\_. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=b9b9DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=ind%C3%BAstria+4.0&ots=z6VUm6vLx-&sig=rTy4B\\_VvTuWzNLFeh10QdpUcWAg#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=b9b9DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=ind%C3%BAstria+4.0&ots=z6VUm6vLx-&sig=rTy4B_VvTuWzNLFeh10QdpUcWAg#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 24 out. 2021.

ANTUNES, Ricardo L. C. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. *In*: SILVA, Maria Aparecida Moraes; ANTUNES, Ricardo L. C (org.). **O avesso do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-24.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. 10 reimpr. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

BAKHTIN, Mikhail M. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod\\_resource/content/2/Bottomore\\_dicion%C3%A1rio\\_pensamento\\_marxista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf). Acesso em: 7 out. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 57.375, de 2 de dezembro de 1965**. A prova o Regulamento do serviço Social da Indústria (SESI). Brasília, 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D57375.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D57375.htm). Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei n. 9.403, de 25 de junho de 1946**. Atribui à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar, organizar e dirigir o Serviço Social da Indústria, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1946.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCiVil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9403.htm](http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9403.htm). Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Os primeiros passos da reforma gerencial do Estado de 1995. *In*: D'INCAO, Maria Angela; MARTINS, Hermínio (org.). **Democracia, crise e reforma**: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010. Disponível em: [http://bresserpereira.org.br/Papers/2010/Os\\_primeiros\\_passos\\_reformar\\_gerencial\\_esta\\_do\\_1995.pdf](http://bresserpereira.org.br/Papers/2010/Os_primeiros_passos_reformar_gerencial_esta_do_1995.pdf). Acesso em: 16 out. 2020.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

CAMARGO, Angélica Ricci. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1906-1930). 2017. **Arquivo Nacional**: Memória da Administração Pública Brasileira. 2020. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/527-ministerio-da-agricultura-industria-e-comercio-1906-1930#:~:text=19.433%20de%2026%20de%20novembro,3%20de%20dezembro%20de%201930.&text=BELLEZA%2C%20Newton.&text=Cria%20uma%20Secretaria%20de%20Estado,da%20Agricultura%2C%20Ind%20%C3%BAstria%20e%20Com%20%C3%A9rcio>. Acesso em: 21 set. 2020.

CAPANEMA, Gustavo. **Decreto-Lei Nº 4.244, de 9 de Abril de 1942**: Exposição de motivos. Rio de Janeiro, 1 abr. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-133712-pe.html>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CARDOSO, Adalberto M. Flexibilidade, empregabilidade e a ortodoxia neoliberal. *In*: \_\_\_\_\_. **A década neoliberal**: e a crise dos sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 77-122.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento - Brasil**: JK JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 119-138, 2013. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rodrigo.castelo/artigos/o-canto-da>

sereia-social-liberalismo-novo-desenvolvimentismo-e-supremacia-burguesa-no-capitalismo-dependente-brasileiro/view. Acesso em: 8 mai. 2020.

ClAVATTA, Maria. Política e história da Educação Profissional: luzes e sombras da realidade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 30-44, out./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13038/7094>. Acesso em: 25 out. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Mapa Estratégico da Indústria: O que é o Mapa da Indústria. **Portal da Indústria**. Brasília, 2020a. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/mapa-estrategico-da-industria/o-que-e/>. Acesso em: 19 nov. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. SESI: Institucional. **Portal da Indústria**. Brasília, 2020b. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/sesi/institucional/#carrossel>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Mapa estratégico da indústria 2018-2022**. Brasília: CNI, 2018. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2018/3/mapa-estrategico-da-industria-2018-2022/>. Acesso em: 3 jun. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Mapa Estratégico da indústria 2013-2022**. Brasília: CNI, 2013. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2012/09/mapa-estrategico-da-industria2013-2022/#mapa-estrategico-da-industria-2013-2022%20>. Acesso em: 3 jun. 2019.

COSSETIN, Márcia. **As políticas educacionais no Brasil e o movimento Todos pela Educação: parcerias público-privadas e as intencionalidades para a Educação Infantil**. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

CPDOC-FGV. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945: Anos de Incerteza (1930 - 1937) > Política Social. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**: Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial#:~:text=Essa%20interven%C3%A7%C3%A3o%20ganhou%20express%C3%A3o%20concreta,%C3%B3rg%C3%A3os%20de%20colabora%C3%A7%C3%A3o%20do%20Estado>. Acesso em: 23 set. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Médio: atalho para o passado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p.373-384, abr./jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sRgNLFXFPBvWCYggFhcBmYm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era Vargas. *In: A Revolução de 30: seminário internacional*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, c1982. (Coleção Temas Brasileiros: 54), p. 437-469. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/148.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/148.pdf). Acesso em: 1 jul. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. Política Educacional: Contenção e Liberação. *In: Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

DATHEIN, Ricardo. **Inovação e Revoluções Industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX**. Publicações DECON Textos Didáticos 02/2003. DECON/UFRGS, Porto Alegre, fev. 2003. Disponível em: <https://lume-re-demonstracao.ufrgs.br/artnoveau/docs/revolucao.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

DEITOS, Roberto Antonio. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010.

DEITOS, Maria Lúcia M. de S. **As políticas públicas de qualificação de trabalhadores e suas relações com a inovação tecnológica na indústria brasileira**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252767>. Acesso em: 20 mai. 2020.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução: Leandro Konder. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1984.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. O caráter histórico da pesquisa em educação. **ReLePe**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, v. 4, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso em: 19 mar. 2020.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In: ARAUJO, Ronaldo M. L.; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais*. Campinas, SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1991.

FARAH JÚNIOR, Moisés Francisco. **A Terceira Revolução Industrial e o Novo Paradigma Produtivo: Algumas Considerações sobre o**

Desenvolvimento Industrial Brasileiro nos Anos 90. **Revista FAE**, Curitiba, v.3, n.2, p.45-61, mai./ago. 2000.

FARIA, Cristina Elsner de. **O papel da Confederação Nacional da Indústria na política industrial brasileira (1938 – 2014)**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FARIA, Camila Grassi Mendes de. **O projeto de formação profissional da Confederação Nacional da Indústria e as políticas públicas de educação profissional: confluências entre público e privado na educação brasileira nos anos 2000**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, Paula. Brasil está entre os três melhores do mundo em educação profissional. **O Globo**, São Paulo, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-esta-entre-os-tres-melhores-do-mundo-em-educacao-profissional-23910609>. Acesso em: 04 mar. 2021.

FERRETTI, Celso João. Limites e contribuições da educação para a formação de trabalhadores. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 60-72, out./dez. 2019.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Z. A centralidade em educação e em saúde básicas: a estratégia político-ideológica da globalização. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n.1, p. 173-187, jan./abr. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072008000100018](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072008000100018). Acesso em: 26 jun. 2020.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Z. **Desenvolvimento, globalização e políticas sociais: um exame das determinações contextuais dos projetos de reforma da educação e da saúde brasileiras da última década**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252731>. Acesso em: 14 set. 2020.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GADOTTI, Moacir. Qualidade na educação: uma nova abordagem. Congresso de Educação Básica: Qualidade na aprendizagem (COEB), Florianópolis, SC, 2013. Disponível em:

<[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14\\_02\\_2013\\_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf)>. Acesso em: 4 out. 2019.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-66282012000400003&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-66282012000400003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 set. 2020.

GUILMO, Nátaly Santiago. **A constituição histórica e política da Confederação Nacional da Indústria**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História das Empresas, Niterói, 28-30. ago. 2017.

GUIMARÃES, Valeska Nahas. **Novas tecnologias de produção de base microeletrônica e democracia industrial**: estudo comparativo de casos na indústria mecânica de Santa Catarina. 1995. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76267>. Acesso em: 20 jan. 2021.

HARVEY, David. Até agora, o combate à crise resolveu a situação de uma minoria, que acumula grandes riquezas à custa da maioria. [Entrevista concedida a] Artur Araújo. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, Ano 9, 71 ed., 8 mai. 2012. Disponível em: [http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2720:catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2720:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 25 out. 2021.

HARVEY, David. O capital evolui. *In*: \_\_\_\_\_. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 101-116.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. *In*: \_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010, p. 115-184.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 2008. Disponível em: <https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>. Acesso em: 27 jul. 2020.

KUENZER, Acacia Z. Trabalho pedagógico: da fragmentação a unitariedade possível. *In*: AGUIAR, Márcia Ângela da S; FERREIRA, Naura S.C. (org.). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2006, p. 47-78.

KUENZER, Acacia Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. *In*: FERREIRA, Naura S. C. **Gestão democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998, p. 33-58.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza”. 1998. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 1, p. 41-59, jan./mar. 2013.

MELO, Alessandro de. **O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000**. 2010. Tese (Doutorado em Educação). Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 26 out. 2021.

MEC. **Novo Ensino Médio**: perguntas e respostas. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 26 out. 2021.

MEC. **Pronatec**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 26 out. 2021.

MTE. **PNQ – Plano Nacional de Qualificação**: Termo de Referência. Ministério do Trabalho e Emprego: Brasília, 2012. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/plano-nacional-de-qualificacao-pnq/>. Acesso em: 26 out. 2021.

OLIVA, Aloizio Mercadante. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: análise do governo Lula (2003-2010). 2010. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286345>. Acesso: 15 out. 2020.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. *In*: LIMA, J. C. F; NEVES, L. M. W. (org.) **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, p. 67-107. Disponível em: <http://books.scielo.org › lima-9788575416129-04>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. Disponível em: [https://lelivros.love/book/baixar-livro-historia-economica-do-brasil-caio-prado-junior-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/#tab-additional\\_information](https://lelivros.love/book/baixar-livro-historia-economica-do-brasil-caio-prado-junior-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/#tab-additional_information). Acesso em: 10 jun. 2021.

RAGO, Luzia Margarete; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é Taylorismo**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

RODRIGUES, José dos Santos. “Formar homens que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação”: o pensamento pedagógico empresarial na Era Vargas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 26, p. 160-182, jun. 2007.

RODRIGUES, José dos Santos. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. 1997. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253263>. Acesso em: 11 mai. 2020.

SAMPAIO JR, Plínio Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavirus e educação: o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, vol. 10, p. 01-25, ago. 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. *EccoS Revista Científica / Universidade Nove de Julho*, São Paulo, vol. 10, p. 147-167, jul. 2008. Acesso em: 20 mai. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71509907>.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; ANTUNES, Ricardo L. C. (Org.). **O avesso do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SIMÕES, Maria João. Os equívocos do determinismo tecnológico e do determinismo social. In: Congresso Português de Sociologia: Práticas e Processos de Mudança Social, III. 1996, Lisboa. Livro de Atas de Conferência Nacional. Lisboa: Celta Editora, 2000. Disponível em: <https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SOUZA, Elizabete Gonçalves de. **Relação trabalho-educação e questão social no Brasil: uma leitura do pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria – CNI (1930-2000)**. 2012. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SPINACE, Otávio Gilioli. **A burguesia industrial em conflito: a trajetória da Confederação Nacional da Indústria entre o neoliberalismo e o**

neodesenvolvimentismo. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de administração científica**. Tradução: Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. 15 reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

TISESCU, Alessandra Devulsky da Silva. **Aglietta e a Teoria da Regulação: Direito e Capitalismo**. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-13022015-135600/publico/INTEGRAL\\_ALESSANDRA\\_D\\_DA\\_SILVA\\_TISESCU.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-13022015-135600/publico/INTEGRAL_ALESSANDRA_D_DA_SILVA_TISESCU.pdf). Acesso em 5 jan. 2021.

VIEIRA, Evaldo. Estado e Política Social na década de 90. *In*: NOGUEIRA, F. M. G. (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

WILLIAMS, Rosalind. O apocalipse incessante da história contemporânea. *In*: CASTELLS, Manuel. **A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança**. Manuel Castells, Gustavo Cardoso e João Caraça (org.). Tradução: Alexandra Figueiredo, Liliana Pacheco e Túlia Marques. São Paulo: Paz e Terra, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/301789220\\_A\\_CRISE\\_E\\_SEUS EFEITOS\\_As\\_culturas\\_economicas\\_da\\_mudanca](https://www.researchgate.net/publication/301789220_A_CRISE_E_SEUS EFEITOS_As_culturas_economicas_da_mudanca). Acesso em: 30 jul. 2020.

XAVIER, Elizabete S. P. Origem e desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil: o processo de consolidação da ordem econômico social capitalista no país. *In*: \_\_\_\_\_. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas: Papyrus, 1990, p. 25-56.

ZANARDINI, Isaura Mônica Souza; ZANARDINI, João Batista; DEITOS, Roberto Antonio. Do Estado de Bem-Estar Social ao neodesenvolvimentismo: considerações sobre o papel do Estado sob o capital. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 72-90, mai./ago. 2020.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza. **A ideologia da pós-modernidade e a política de gestão da educação brasileira**. 2006. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252682/1/Zanardini\\_IsauraMonicaSouza\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252682/1/Zanardini_IsauraMonicaSouza_D.pdf). Acesso em: 1 out. 2019.